SENADO FEDERAL
Subsecretaria do Arquivo

República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVIII — Nº 41 TERÇA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 1993 BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 27ª SESSÃO, EM 15 DE MARÇO DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nomes indicados para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência.

— Nº 128/93 (nº 117/93, na origem), referente à escolha do nome do Dr. Francisco Urbano Araújo Filho para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, no triênio de 1993 a 1996.

— Nº 129/93 (nº 118/93, na origem), referente à escolha do nome do Dr. Lourenço Ferreira do Prado, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, no triênio de 1993 a 1996, na vaga decorrente do término da investidura, em 17 de junho de 1993, do Ministro Fernando Vilar.

— Nº 130/93 (nº 120/93, na origem), restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado.

1.2.2 — Requerimento

— Nº 242/93, de autoria do Senador César Dias, solicitando que seja enviado para deliberação em Plenário, cujo prazo se acha esgotado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei do Senado nº 21/92, que equipara servidores da União vinculados às Polícias Civis dos Estados de Roraima, Rondônia e Amapá, aos servidores da Polícia Federal.

1.2.3 — Ofício

— Nº 45/93, da Liderança do PMDB, referente à indicação dos Senadores Cid Sabóia de Carvalho, Garibaldi Alves Filho, José Fogaça, Ronaldo Aragão, Mansueto de Lavor, Ney Suassuna, Aluizio Bezerra e Gilberto Miranda para Vice-Líderes do PMDB nesta Casa.

1.2.4 — Comunicações da Presidência

— Recebimento dos Ofícios nºs S/26 e S/27, de 1993 (nºs 552 e 545/93, na origem), através dos quais o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a Prefeitura Municipal de Sede Nova — RS, solicitam autorização para contratarem operações de crédito, para os fins que especificam.

— Recebimento de complementação de documentos referentes à operação de crédito pretendida pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

1.2.5 — Discursos do Expediente

SENADOR PEDRO TEIXEIRA — Candidatura oficial de Brasília para sediar os Jogos Olímpicos do ano 2000, lançada pelo Governador Joaquim Roriz na reunião da ODEPA — Organização Desportiva Pan-Americana, em Mar Del Plata, Argentina. O Projeto Olímpico de Brasília.

SENADOR RONALDO ARAGÃO — O problema energético de Rondônia. O atraso na conclusão da Hidroelétrica de Samuel.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Cumprimentos ao Governador João Alves Filho, à Primeira-Dama e ao seu secretariado pelos resultados obtidos nos dois anos de sua administração à frente do Estado de Sergipe.

SENADOR ÁLVARO PACHECO — Falecimento do jurista e professor, Dr. Cláudio Pacheco, ocorrido no último dia 14, em Teresina — PI.

SR. PRESIDENTE — Fala associativa à homenagem de pesar pelo falecimento do Professor Cláudio Pacheco.

SENADOR MAGNO BACELAR — Redução dos recursos do Inamps para o Estado do Maranhão, em virtude dos números irreais divulgados pelo Censo de 1990. Contestação da veracidade dos dados do censo de 1990.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1993 (nº 3.520/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a vinculação do servidor público

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral ..... Cr$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

civil, ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, ao Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências. **Votação adiada** por falta de **quorum**.

Projeto de Resolução nº 10, de 1993, de autoria do Senador Magno Bacelar e outros Senhores Senadores, que dá nova redação ao art. 2º da Resolução nº 32, de 1991. **Votação adiada** por falta de **quorum.**

Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1992-Complementar (nº 71/89, na Casa de origem), que dispõe sobre o processo judicial de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1992-Complementar). **Retirado da pauta**, nos termos do art. 175, e,do Regimento Interno.

Projeto de Lei do Senado nº 46/92-Complementar, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social. **Retirado da pauta**, nos termos do art. 175, **e,** do Regimento Interno.

Ofício nº S/17, de 1993, através do qual a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro solicita autorização para emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro Municipal (LFTM — Rio), para os fins que especifica. **Retirado da pauta**, nos termos do art. 175, **e,**do Regimento Interno.

Retificação encaminhada pela Câmara dos Deputados, através do Ofício nº 84, de 1993, do Presidente daquela Casa, solicitando seja incluído no texto do Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 1992, após o inciso V do art. 1º, o seguinte inciso VI, renumerando os demais: "VI — Ministro de Estado da Previdência Social". **Retirada da pauta**, nos termos do art. 175, **e,** do Regimento Interno.

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR EDUARDO SUPLICY — Resultado parcial do plebiscito interno do PT, objetivando firmar a posição partidária com relação à escolha do regime de governo a ser decidido pelo povo brasileiro. Reiterando apelo ao Presidente do Senado, no sentido de determinar ao Prodasen o acesso dos Senadores ao Programa Orçamento/93, via terminais instalados em seus gabinetes.

SENADOR ESPERIDIÃO AMIN — Apelo à Presidência no sentido do deferimento de requerimento de S. Exª solicitando informações ao Ministro da Fazenda sobre renúncia de receita, em virtude de pareceres conflitantes da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria da Fazenda Nacional, concernentes a isenções de impostos à empresa que menciona.

SR. PRESIDENTE — Resposta ao Sr. Esperidião Amin.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Solidariedade à solicitação do Sr. Esperidião Amin. Comentários sobre o plebiscito interno realizado pelo PT, com vistas ao sistema de governo a vigorar no Brasil.

SENADOR ÁUREO MELLO — Congratulações ao Professor Geraldo Menezes, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, sediado no Rio de Janeiro, a propósito de visita de S. Exª àquela instituição. Prestígio que ainda goza o ex-Presidente Fernando Collor no seio do povo.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Falecimento do Dr. Renato Padilha.

SENADOR ODACIR SOARES — Desmandos de entidades previdenciárias concernentes aos fundos de pensão e sugestões de S. Exª para coibir tais abusos.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATOS DO PRESIDENTE

— Nºs 178 a 189, de 1993

— DESPACHO DO SR. DIRETOR EXECUTIVO DO CEGRAF

— Aditamento ao contrato — Processo nº 50/93-8

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 27ª Sessão, em 15 de março de 1993

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Chagas Rodrigues e Magno Bacelar

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo — Almir Gabriel — Aluízio Bezerra — Álvaro Pacheco — Bello Parga — Carlos DeCarli — Carlos Patrocínio — César Dias — Chagas Rodrigues — Elcio Álvares — Epitácio Cafeteira — Esperidião Amin — João Rocha — Jonas Pinheiro — Lourival Baptista — Magno Bacelar — Marluce Pinto — Mauro Benevides — Nabor Júnior — Pedro Teixeira — Ronaldo Aragão:

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A lista de presença acusa o comparecimento de 21 Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nomes indicados para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

MENSAGEM Nº 128, DE 1993
(Nº 117/93, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do § 1º, **in fine**, do art. 111 da Constituição Federal, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Doutor FRANCISCO URBANO ARAÚJO FILHO, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, no triênio de 1993 a 1996.

Os méritos do Doutor FRANCISCO URBANO ARAÚJO FILHO, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo **curriculum vitae.**

Brasília, 11 de março de 1993. — **Itamar Franco.**

CURRICULUM VITAE

1. Dados Pessoais

Nome: FRANCISCO URBANO ARAÚJO FILHO

Filiação: Francisco Urbano de Araújo e Antonia Nogueira de Araújo

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: São Paulo do Potengi — RN

Data de Nascimento: 12 de dezembro de 1941

Estado Civil: Separado judicialmente

Profissão: Agricultor

Endereço: SQS 412 — Bloco "D" — Ap. 102 — 70278 — Brasília — DF

2. Documentação

Carteira de Identidade: 953/83 SSP/RN — Exp. 14-3-74

C.P.F: 033.716.384/72

Título de Eleitor: 329.253.16/35 — Zona: 008 — Seção: 0030, emitido em São Paulo do Potengi/RN em 18-9-86

Carteira de Reservista: 306.916 — Série: A — 7ª RM (Certificado de Dispensa de Incorporação)

Carteira de Habilitação: Nº 000164074, nº de registro: 00.117.321-9/DF em 26-4-83

3. Escolaridade

Primário.

Cargos exercidos

- Suplente da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Paulo do Potengi, Rio Grande do Norte — 1962/1965;
- Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Paulo do Potengi, Rio Grande do Norte — 1965/1968;
- Vice-Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte — 1966/1968;
- Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte — 1968/1971;
- Reeleito Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte — 1971/1974;

2º Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG — 1971/1974;

- Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG — 1980/1983, 1983/1986 e 1986/1989;
- 1º Tesoureiro da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG 1989/1992;
- Atualmente, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG — 1992/1995;
- Membro Efetivo, representante da CONTAG, no Conselho Deliberativo da Região Nordeste — SUDENE — 1985/1990;
- Representante titular dos participantes do Programa de Integração Social junto ao Conselho Diretor do Fundo de Participação PIS/PASEP — 1989/1990;
- Membro do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador — CODEFAT-MTb — 1989/1990;
- Participação na Conferência Sindical dos Trabalhadores da América Latina e do Caribe sobre a Dívida Externa, Cuba — Havana, 15, 16 e 17-10-1985;
- Participação como Delegado dos Trabalhadores na IX Reunião da Comissão de Trabalho nas Plantações. OIT — Genebra — Suíça, 12 a 20-4-1989.

Brasília, (DF), 5 de março de 1992. — **Francisco Urbano Araújo Filho,** Presidente/Contag.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

MENSAGEM Nº 129, DE 1993
(Nº 118/93, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do § 1º, **in fine,** do artigo 111 da Constituição Federal, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Doutor LOURENÇO FERREIRA DO PRADO,

para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, no triênio de 1993 a 1996 na vaga decorrente do término da investidura, em 17 de junho de 1993, do Ministro Fernando Vilar.

Os méritos do Doutor LOURENÇO FERREIRA DO PRADO, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo **curriculum vitae.**

Brasília, 11 de março de 1993. — Itamar Franco.

CURRICULUM VITAE

Nome: Lourenço Ferreira do Prado

Filiação: Octavio Ferreira do Prado e Genoveve Pereira da Silva

Rural de: Buritis, Unai (MG), nascido aos 10-8-39

Endereços: Res. SQS 314 Bloco "J" Ap. 301 CEP. 70383 — Brasília — DF - Serv. Av. W/4 Sul Eq. 707/907 Lote "E" CEP. 70351 — Brasília — DF - FAX (061) 244-2743 e 243-7976 Telex 612745 e 613934

Escolaridade

1964 — Curso Técnico Contabilidade, CEMEB Elefante Branco, Brasília (DF)

1970 — Curso de Direito, UnB — Universidade de Brasília, Brasília (DF)

1971 — Curso Administradores Sindicais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro (RJ)

1973/75 — Diversos Cursos de Especialização Direito do Trabalho, UnB, Brasília (DF)

1978 — Mestrado em Direito e Estado, Universidade de Brasília UnB, Brasília (DF)

Mandatos Sindicais e Cargos de Representação Profissional

1978/75 — Secretário e Vice-Presidente, Sindicato dos Bancários de Brasília (DF)

1975/87 — Secretário e Diretor de Relações Intersindicais, a Contec

1987/93 — Presidente da CONTEC — Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito

1985/90 — Membro do Conselho Nacional de Informática e Automoção, CONIN

1989/93 — Membro do Conselho Curador do FGTS, representando os trabalhadores (licenciado em 13-3-92)

1990/92 — Membro do Conselho Monetário Nacional, representando os trabalhadores

Congresso no País e Missões no Exterior

1969 — A partir deste ano passou a participar de todos os eventos da Contec

1979 — XIX Congresso Mundial da FIET, em Caracas (Venezuela)

1983 — XII Congresso Mundial da CIOSL, Oslo (Noruega)

1984 — Conselheiro Técnico dos Trabalhadores do Brasil, junto à Conferência OIT

1986 — Tesoureiro da Central Geral dos Trabalhadores, CGT

1988 — Chefe Delegação Trabalhadores do Brasil, OIT, em Genebra (Suíça)

1989/92 — 3º Vice-Presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores, CGT

1991 — XXII Congresso Mundial da FIET, San Francisco, Califórnia (USA)

1991 — Membro Efetivo do Executivo Mundial da FIET, Vice-Presidente da IRO-FIET e Secretário-Geral da CABS Confederação Pan-Americana de Bancários e Securitários (San José, Costa Rica)

1992 — XV Congresso Mundial da CIOSL, em Caracas (Venezuela)

Condecorações

1989 — Ordem de Mérito Judiciário do Trabalho, Comendador, Pelo TST

1991 — Medalha João Candido de Oliveira Neto, TRT 6ª Região, Recife (PE)

1992 — Ordem de Mérito de Dom Bosco, Brasília, DF outorgada pelo TRT 10, Região, no grau de Grande Oficial.

Experiência Profissional

Bancário empregado do Banespa, por concurso público.

1968 — Solicitador Acadêmico, OAB-DF, com estágio profissional advocacia

1969 — Professor de Contabilidade Bancária, Colégio do Núcleo Bandeirante, DF

1971/74 — Membro da Comissão do Enquadramento Sindical MTPS, Brasília (DF)

1970/74 — Exercício Profissional da Advocacia na área trabalhista, como defensor de empregados e assessoria especializada sobre imóveis. Tem participado ativamente como expositor e debatedor de diversos seminários simpósios e outros eventos ligados ao movimento sindical de trabalhadores e empregadores, inclusive das Comissões Temáticas da Assembléia Nacional Constituinte em 1987/88, em Brasília (DF) e em outras capitais, em matérias relativas a Direito do Trabalho, Previdência Social, Informática e Automação.

Brasília, (DF), dezembro de 1992. — **Lourenço Ferreira do Prado.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 130, de 1993 (nº 120/93, na origem), de 12 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 1993 (nº 3.465, na Casa de origem), que cria cargos na Carreira Policial Federal, sancionado e transformado na Lei nº 8.633, de 12 de março de 1993.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 242, DE 1993

Requeiro nos termos regimentais, com base no art. 172, do Regimento Interno do Senado Federal, inciso I, que seja enviada para deliberação em Plenário, cujo prazo se acha esgotado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a seguinte proposição:

PLS 00021/92 — equipara servidores da União vinculados às Polícias Civis dos Estados de Roraima, Rondônia e Amapá, aos servidores da Polícia Federal.

Sala das Sessões, 15 de março de 1993 — Senador **César Dias.**

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O requerimento lido será publicado e posteriormente incluído em Ordem do Dia, nos termos regimentais.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

OF. Nº 045/93— GLPMDB

Brasília, 15 de março de 1993.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência, nos termos regimentais, os nomes dos Senadores Cid Sabóia de Carvalho, Garibaldi Alves Filho, José Fogaça, Ronaldo Aragão, Mansueto de Lavor, Ney Suassuna, Aluizio Bezerra e Gilberto Miranda para Vice-Líderes do PMDB nesta Casa.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração. — Senador **Mauro Benevides,** Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — O ofício lido vai à publicação.

A Presidência recebeu, do Banco do Brasil, os Ofícios nºs S/26 e S/27, de 1993 (nºs 552/93 e 545/93, na origem), através dos quais o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a Prefeitura Municipal de Sede Nova (RS) solicitam, nos termos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado, autorização para contratarem operações de crédito, para os fins que especificam.

As matérias serão despachadas à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência recebeu da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro complementação de documentação referente à operação de crédito pretendida por aquela Prefeitura.

O expediente será despachado à Comissão de Assuntos Econômicos, para ser anexado ao processo do Ofício nº S/17, de 1993.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Teixeira.

O SR. PEDRO TEIXEIRA (PP — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero trazer a este plenário um relato sucinto de minha recente viagem a Mar Del Plata, na Argentina, onde, na condição de observador, participei da reunião da Organização Desportiva Pan-Americana — ODEPA. A comitiva brasileira, chefiada pelo Governador do Distrito Federal, Dr. Joaquim Roriz, foi integrada pelos Deputados Benedito Domingos e Paulo Octávio e pelos dirigentes empresariais Newton Rossi — Presidente da Confederação do Comércio do Distrito Federal — e Antonio Fábio Ribeiro — Presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal.

Nessa reunião, o Governador do Distrito Federal fez detalhado relato das providências tomadas e dos trabalhos executados em seu governo, para viabilizar a candidatura de Brasília aos Jogos Olímpicos do ano 2000. Foi também exibido um vídeo, mostrando os projetos e a localização das obras a serem construídas.

O Governador terminou sua exposição sob os aplausos de todos os representantes dos Comitês Olímpicos do continente. Estiveram presentes à reunião; também, representantes das outras cidades candidatas, que são, no momento, Berlim, Manchester, Istambul, Pequim e Sydnei, já que Tashkent e Milão desistiram. Mas a candidatura de Brasília, já oficialmente colocada perante o Comitê Olímpico Internacional, ganhou força e nova dimensão com a presença do Governador do Distrito Federal e com a sua disposição de lutar para que os Jogos do ano 2000 sejam realizados na capital brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, nunca, ao longo de toda a história das Olimpíadas, uma cidade sul-americana pleiteou o direito de sediar os jogos. Brasília, com o gesto de seus representantes, está contribuindo para universalizar as Olimpíadas, trazendo para o continente e para o Brasil a chance única de mostrar ao mundo uma face organizada de nosso País.

Assistiram aos Jogos Olímpicos de Barcelona, segundo estudos realizados, mais de dois e meio bilhões de pessoas. A televisão mostrou a todo o Planeta uma Espanha alegre, sorridente, desportista e organizada. Duas conseqüências advieram: a primeira, ainda no ano passado, o inacreditável fluxo turístico de quarenta milhões de pessoas. Se cada turista tiver deixado, nesse país, mil dólares, os espanhóis terão arrecadado, apenas no item turismo, quarenta bilhões de dólares.

A segunda conseqüência ocorreu dentro do esporte. Nas Olimpíadas de Barcelona, os atletas espanhóis conseguiram mais medalhas do que em todas as outras Olimpíadas somadas. O incentivo ao esporte ganha nova dimensão. O Projeto Olímpico de Brasília pode, a exemplo do espanhol, trazer as duas conseqüências, num país que gosta de esporte e tem inúmeros campeões mundiais.

O Projeto Olímpico de Brasília custou, na sua primeira fase, cerca de dois e meio milhões de dólares, empregados no pagamento de projetos de arquitetura e engenharia, remuneração de profissionais, viagens, impressos, documentos e toda a despesa administrativa, no período de quase três anos. A conclusão dessa fase ocorreu no último dia 1º de fevereiro, quando a Vice-Governadora Márcia Kubitschek entregou ao Presidente do Comitê Olímpico Internacional, em Lausanne, na Suíça, o caderno de encargos de Brasília e oficializou a candidatura da cidade.

Essa fase teve quatro patrocinadores, grandes empresas privadas que acreditaram no projeto. Agora, na segunda fase, depois de inscrever a cidade oficialmente no COI., o Governador do Distrito Federal criou uma Comissão Pró-Olimpíada em seu governo e, de novo, procurou apoio da iniciativa privada. Nove empresas já responderam positivamente. O Projeto Brasília 2000 está em pleno desenvolvimento, como antes, sem necessitar de um centavo sequer da ajuda oficial.

Todos os Ministros de Estado em cujas respectivas áreas o projeto olímpico tem alguma interferência foram consultados e responderam afirmativamente. O Comitê Olímpico Brasileiro, por unanimidade, aprovou o Projeto. E o Senhor Presidente da República, Dr. Itamar Franco, enviou carta formal, tal como exigida, ao Sr. Juan Maria Samaranch, Presidente do C.O.I., aceitando os princípios da Carta Olímpica e reforçando a candidatura de Brasília.

A reunião da ODEPA, em Mar Del Plata, constituiu um momento de integração dos latino-americanos e o auge desse processo de impulsão da candidatura de Brasília, para ser vitoriosa na sua luta para sediar os Jogos Olímpicos do ano 2000.

Pesquisa realizada pelo Instituto SOMA indica que mais de setenta por cento dos brasilienses são favoráveis à realização dos Jogos em Brasília. O brasiliense sabe que uma Olimpíada proporciona empregos, gera oportunidades e divulga a cidade. O Projeto Olímpico está pronto, contendo traços de profissionais do quilate de Ruy Othake e Oscar Niemeyer. Brasília, como demonstra o livro de encargos, possui todas

as condições, inclusive de infra-estrutura, necessárias para sediar o evento.

A reunião da ODEPA foi consagradora para o Governador Joaquim Roriz, que foi longamente aplaudido e cumprimentado por sua clara exposição. Nós, brasilienses e brasileiros, sabemos o que os Jogos Olímpicos podem trazer para a cidade e para o Brasil. Creio, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que é chegado o momento de, também nesta Casa, começarmos a olhar com atenção essa iniciativa, que só pode acarretar benefícios para o País, especialmente para a população que vem sofrendo seguidas decepções.

O espetacular resultado da reunião da Organização Desportiva Pan-Americana demonstra que Brasília tem chances reais de ser a cidade escolhida para sediar os Jogos Olímpicos do ano 2000, na decisão que os membros do Comitê Olímpico Internacional vão tomar no próximo dia 23 de setembro, em Mônaco.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO (PMDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, sabemos das dificuldades por que passa a Nação em todos os setores: problemas relativos à dívida externa e interna, à educação, ao sistema viário nacional, problemas de caixa, problemas políticos, que acabam sendo transferidos aos Estados da Federação.

Somos representante de um Estado que, ainda hoje, se encontra em formação e que se ressente da falta de tudo. Neste momento, trazemos à consideração desta Casa e ao conhecimento desta Nação mais um problema do Estado de Rondônia: o da energia elétrica.

A produção de energia elétrica no Brasil tem como primeiro responsável a União. Assim, a geração de energia elétrica no Sul, no Centro-Sul, no Nordeste e em parte da Região Norte é de responsabilidade do Governo Federal. Temos as hidrelétricas de Itaipu, do rio São Francisco e de Tucuruí; temos as usinas termoelétricas de Santa Catarina, como, por exemplo, a de Jorge Lacerda.

Em Rondônia, temos uma única usina: a hidrelétrica de Samuel. Já dissemos, nesta Casa, dos grandes problemas que enfrenta essa usina. Sua construção foi projetada para um período de cinco anos; já se passaram quinze, e ela ainda não foi concluída. Seu custo foi estimado em 400 milhões de dólares; hoje, para que seja concluída, o Governo necessitará injetar mais de um bilhão de dólares. Segundo o projeto original, a usina deveria atender aos Estados do Acre e de Rondônia; hoje não atende nem ao Estado de Rondônia. Foi planejada para funcionar com cinco turbinas; hoje apenas duas funcionam. Todos os anos, recursos são colocados no Orçamento da União para a conclusão da usina, mas não são liberados nem para o término das obras civis, nem para a construção do sistema de transmissão.

Em função de todos esses fatores, o Estado de Rondônia ressente-se hoje da falta de energia elétrica para o seu desenvolvimento. A usina de Samuel, com suas duas turbinas, atende à cidade de Porto Velho, mas não atende ao resto do Estado, o que poderia ser solucionado com a instalação das três turbinas que faltam para completar as cinco inicialmente previstas, bem como com a construção do sistema de transmissão.

No Governo Sarney, foram instaladas três usinas turbogás no Município de Porto Velho, cada uma gerando 20 mil quilowatts. Essas usinas, hoje, estão quase que sem utilidade, num Estado que precisa de energia elétrica. São 60 quilowatts que estão inaproveitados, sem utilização, porque a Usina de Samuel atende às necessidades de Porto Velho com as duas turbinas que estão funcionando, mas em determinados bairros a iluminação ainda é precária.

E nós vemos isso todos os dias, e quando vamos ao Estado sentimos a necessidade urgente, premente, de que o Governo Federal assuma a geração de energia ali, principalmente no interior. Temos um parque de geração de energia antigo, com máquinas com mais de 30 anos, cujas peças sobressalentes já não existem. O Estado e a Companhia já não têm condições de comprar essas peças.

Hoje há um drama muito sério na cidade de Ji-Paraná, que tem quase 100 mil habitantes, e onde há racionamento de energia com duração de mais de 12 horas. Essa cidade, que fica na região central do Estado e tem um parque gerador que distribui energia tanto para a cidade de Presidente Médici como para Ouro Preto, hoje, encontra-se quase às escuras.

Como, Sr. Presidente, Srs. Senadores, poderemos desenvolver o Estado sem energia? Como poderemos dar a Rondônia, um Estado potencialmente rico, condições para que se desenvolva, se ele ainda precisa da alavanca do progresso que é a energia elétrica? Apelamos ao Governo Federal para que, além de assumir a geração de energia elétrica no Estado, transfira uma dessas usinas, a turbogás, que existem já assentadas no Município de Porto Velho e, como disse, quase sem utilização, para o centro do Estado, para a cidade de Ji-Paraná, a fim de solucionar o problema — por um certo tempo — de fornecimento de energia elétrica para aquela região: Ji-Paraná e os outros dois municípios.

O Sr. Magno Bacelar — Permite-me um aparte, nobre Senador?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Ouço V. Exª, nobre Senador.

O Sr. Magno Bacelar — Estou acompanhando o discurso que V. Exª faz, com a atenção que V. Exª e o assunto, sobretudo, merecem desta Casa. E no começo das suas palavras, ouvi-o dizer que, para uma usina programada para quatro anos, já se passaram oito; das cinco turbinas, duas funcionam; e os recursos da ordem de milhões de dólares agora seriam pelo menos um bilhão. E isso me levou a pensar, nobre Senador, — daí haver solicitado a intervenção — na falta de força que nós, do Norte e do Nordeste, temos nesta Nação.

O SR. RONALDO ARAGÃO — E ainda dizem que mandamos neste País!

O Sr. Magno Bacelar — É. E ainda se pensa em mudar a nossa representação. A verdade é que na última sexta-feira houve um blecaute no Rio de Janeiro, causado por problemas climáticos, um vendaval que, de fato, deixou a cidade sem luz. Ontem eu li na imprensa que o blecaute do Rio de Janeiro — que, volto a insistir, não aconteceu por deficiência de fornecimento de energia, mas por um acidente climático — havia levado o Senhor Presidente da República a determinar imediatamente providências para terminarem a Usina Angra-3, uma usina nuclear que, por todos os meios, está comprovado que o Brasil deveria esquecer. Está provado, em pesquisas especializadas feitas nos Estados Unidos, que usinas nucleares projetadas para 40 anos estão tendo, em média, 12 anos de vida

mais recursos do que fazê-la funcionar. Então, enquanto uma simples trovoada — para usar uma figura, uma expressão — faz com que o Presidente da República determine o impossível no Sudeste e no Centro-Sul do País, as nossas populações ficam à mercê de verbas que tentamos defender no orçamento e que nunca são liberadas, porque são contingenciadas; assim, o atraso do Nordeste e as diferenças regionais se agravam a cada dia exatamente pela falta das nossas vozes e da nossa luta em benefício do nosso povo. Parabenizo V. Exª e me solidarizo com Rondônia nesse episódio.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Agradeço a V. Exª o aparte.

Alegam que se deve mudar a representação, dizendo, através da imprensa, que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm um maior número de representantes. Vemos, no entanto, que, na Região Norte, a Usina de Balbina, no Amazonas, demorou mais de 10 anos para ser terminada; a Usina de Samuel já está em construção há mais de 12 anos e, projetada que foi para atender aos Estados de Rondônia e do Acre, hoje não atende sequer Rondônia. O sistema de transmissão, que também está para se iniciar, nem começou; está nessa situação há mais de 12 anos. O dinheiro está locado no orçamento e não é liberado.

Nobre Senador Magno Bacelar, V. Exª enfatiza com muita propriedade que, quando cai uma torre de fornecimento de energia elétrica para o Estado do Rio de Janeiro, para Minas Gerais etc., se movimenta o Ministério para a solução do problema, o que considero muito justo. O que não é justo é que não se liberem recursos, que estão no orçamento, para terminar uma usina que foi projetada para ficar pronta em 5 anos e já se passaram 12. Também não é justo que o interior do Estado de Rondônia fique às escuras, devido a motores que têm mais de 30 anos e para os quais o Estado não tem condições de comprar peças sobressalentes; e que uma cidade com quase 100 mil habitantes tenha mais de 12h de racionamento e o Governo não se movimente para a solução desse problema.

O Sr. Magno Bacelar — É que a trovoada aqui no Centro-Sul é mais forte, nobre Senador.

O SR. RONALDO ARAGÃO — É mais forte do que a necessidade de solução dos problemas das usinas das regiões Norte e Nordeste do País.

E digo mais. Lembro-me que quando houve um surto de dengue no Rio de Janeiro e no Sudeste do País, mobilizou-se o Ministério da Saúde para combatê-la, gastando milhões e milhões de cruzeiros, quando na Amazônia morrem de malária 2 ou 3 vezes mais pessoas; reclamamos aqui todo dia e fica nisso mesmo. E ainda se diz que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm uma grande representação. Mas é uma representação cujas reivindicações não são atendidas!

Então, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o que estamos vendo é que Rondônia é um Estado que está necessitando de tudo: de estradas, de assistência médica, de energia elétrica, de assistência à agricultura. E quando reclamamos, nada passa destas quatro paredes.

Chamo mais uma vez a atenção dos Srs. Senadores e levo ao conhecimento da Nação a situação grave por que passa o Estado de Rondônia no setor de energia elétrica. É algo **sui generis**: nos Estados do Sul, que são ricos, que têm um grande potencial, o Governo Federal gera a energia; nos Estados pobres, como Rondônia e outros da Região Norte do País, a energia é gerada pelo próprio Estado. E o que é pior, através do óleo diesel, num parque com máquinas com 30, 40 anos, que já nem existem mais e cujas peças, para serem substituídas, têm que ser feitas num torno — o Estado não tem recursos para isso.

Quero dar um testemunho: na cidade de Cacoal, com 75 mil habitantes, há três máquinas funcionando, cada uma com 2.500 quilowatts; só duas funcionam, e uma está quebrada há quase um ano. Não há conserto porque não se tem dinheiro. Numa cidade em que há racionamento de energia, não é possível manter produtos perecíveis em supermercados ou em geladeiras domésticas; os hospitais perdem medicamentos. Estamos dizendo isso continuadamente neste plenário, chamando a atenção do Ministério das Minas e Energia; já estivemos lá, inclusive.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, existe um programa de construção das chamadas PCH, que são as pequenas centrais hidrelétricas, da iniciativa privada, que não sai do papel. O Governo não constrói nem dá oportunidade para tal. Por sua vez, o governo do Estado não tem um projeto, um plano de construção. E quando se vai ao DENAE aparecem mil e uma dificuldades. Quem paga por esse prejuízo é a população, o povo. Em vários Estados da Federação, a produção do Mw/hora custa em torno de US$34; no Estado de Rondônia, custa US$94. Até nisso o Estado é penalizado.

Faço aqui um apelo à sociedade, ao povo, porque o Município de Ji-Paraná está em polvorosa. Tem mais de 30 ou 40 dias esse racionamento. Os motores estão quebrados, e o Estado não tem recursos para comprar peças; mais uma vez, o povo está pagando.

Mas se temos a solução, devemos acabar com essa burocracia tremenda. Temos a ELETRONORTE. Há, na cidade de Porto Velho, três usinas turbogás, movidas a gás, cada uma de 20kW. Por que o Governo Federal não transfere uma usina dessas para o centro do Estado? A usina não está sendo utilizada. Está havendo um contraste, porque essas duas turbinas que geram energia em Samuel atendem a Porto Velho, onde está sobrando energia que o Estado não tem; mais 60 mW não estão sendo devidamente utilizados.

O apelo que fazemos ao Ministério das Minas e Energia é no sentido de que procure urgentemente uma solução para o problema energético do Estado de Rondônia e, principalmente, das regiões como Ji-Paraná, Cacoal e Pimenta Bueno, porque assim poderemos tirar o Estado da situação de penúria em que se encontra, para que possa integrar-se ao desenvolvimento. Rondônia não precisa de esmola; precisa de ajuda, precisa que o Poder Público federal entenda que a Amazônia só participará do desenvolvimento nacional se tiver ajuda, não com discurso, mas com ação.

Sr. Presidente, eram essas as considerações que gostaria de fazer hoje nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

S. Exª não se encontra em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL-SE. *Pronuncia o* seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, deveria estar hoje em Sergipe para participar do extenso programa de eventos e inaugurações promovidas pelo Governo do Estado, para festejar o segundo ano de intensos trabalhos desenvolvidos pelo Executivo estadual.

O Governador João Alves Filho tem alcançado extraordinários resultados nesses últimos dois anos, como parte da contribuição de seu governo em benefício de Sergipe e dos sergipanos.

Profundo conhecedor dos problemas do Estado, da sua complexidade e da conjuntura nacional, pela experiência acumulada como Prefeito de Aracaju, Governador de Estado, há alguns anos, e Ministro do Interior, tem conseguido, apesar das dificuldades e deste cenário de crises que sombreia o otimismo e inibe iniciativas, admiráveis êxitos em seus projetos que têm estimulado o crescimento de setores vitais da economia do Estado, como a indústria, o comércio e a agricultura, sem se descuidar de atender, com eficácia, às demandas da área social, como saúde, educação, assistência social e habitação. Vale ressaltar também o esforço realizado na promoção e desenvolvimento da infra-estrutura indispensável à promoção do turismo, uma das várias riquezas potenciais do Estado.

Nesta segunda etapa do seu Governo, que entra agora no terceiro ano, propõe-se o Governador João Alves Filho a consecução de importantes projetos, como o Pólo Cloroquímico, o Platô de Neópolis, destinado ao aproveitamento agrícola de uma área de mais de 7.200 hectares irrigados com água do Rio São Francisco e voltado, em parceria com o empresariado do setor, à produção, com avançada tecnologia, de frutas tropicais para exportação; e a Rodovia das Dunas, apelidada de "linha verde", que abrirá ao turismo extensa região de praias ainda inexploradas entre Salvador e Aracaju.

Pelos resultados que vem alcançando e pelos propósitos que tem se empenhado em benefício do desenvolvimento de Sergipe, o Governador João Alves Filho tem contado com substancial apoio da bancada sergipana no Congresso, da maioria dos Parlamentares da Assembléia Legislativa e com crescente simpatia e colaboração de importantes lideranças políticas e comunitárias do Estado.

Como parte da programação comemorativa do transcurso do segundo ano de Governo, conforme convite que recebi, terão lugar hoje os seguintes eventos: Missa de Ação de Graças na Catedral Metropolitana de Aracaju; solenidade de assinatura de atos, com a presença de prefeitos municipais, no Palácio Olímpio Campos; inauguração da pavimentação asfáltica da Rodovia Japaratuba-Pirambu; inauguração da pavimentação asfáltica da Rodovia Carmópolis-General Maynard; inauguração do Sistema de Abastecimento D'Água do Complexo Urbano Industrial de Nossa Senhora do Socorro e inauguração do Centro de Saúde Albert Sabin, no povoado Marcos Freire, também em Nossa Senhora do Socorro.

Dentro das realizações desta efeméride, vale ressaltar o extraordinário trabalho que vem sendo realizado pela Primeira-Dama do Estado, Dra. Maria do Carmo do Nascimento Alves, junto à Fundação RENASCER e NUTRAC, que executam projetos elaborados pela Secretaria de Ação Social, compreendendo programas relacionados com a construção e recuperação de moradias e creches domiciliares para a população de baixa renda, implantação de hortas comunitárias, iniciação profissional e outras atividades relacionadas com as áreas de saúde, educação e assistência social.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, impossibilitado de comparecer a essa programação comemorativa do segundo ano de governo, desejo enviar, desta tribuna do Senado Federal, ao Governador João Alves Filho os meus cumprimentos, extensivos à Dra. Maria do Carmo, ao seu Secretariado e demais membros de sua equipe, pelos resultados que vem alcançando numa ação competente e esforço abnegado visando ao progresso e ao desenvolvimento de nosso Estado e à melhoria das condições de vida de sua população.

Finalizando, Sr. Presidente, relembro e louvo aqui o lema que o Governador de Sergipe tem proclamado como principal inspiração do seu governo para superar dificuldades: "Contra a crise, só há um único remédio: o trabalho".

Peço a transcrição, com o meu pronunciamento, do artigo publicado no **Jornal da Manhã**, edição de 12 do corrente, intitulado "Dois Anos de Trabalho."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

Jornal da Manhã

Aracaju, Sexta-Feira, 12 de março de 1993

DOIS ANOS DE TRABALHO

Na próxima segunda-feira, certamente o governador João Alves Filho deverá fazer um balanço de seus dois anos de administração, passando para os sergipanos uma visão do conjunto das obras executadas e iniciadas no período, além dos projetos que já estão devidamente amarrados.

Mesmo atravessando uma conjuntura nacional desfavorável, Sergipe é o Estado nordestino que tem se destacado em termos de realizações. Também, desde que assumiu a chefia do executivo estadual, João Alves Filho tem dedicado o máximo de seus esforços para fazer valer item por item o seu programa de governo.

Tem o governador trabalhado duro, exigindo o melhor de sua equipe e, incansavelmente, tem buscado levantar os recursos indispensáveis ao atendimento das necessidades da administração estadual, sejam eles oriundos de fontes nacionais, sejam eles fornecidos por agências internacionais de desenvolvimento.

No plano de trabalho, de colocar em prática todas as metas e objetivos estipulados, pode-se dizer que, nestes dois anos, Sergipe não parou. De forma equilibrada, equânime, o João Alves Filho tem procurado atender todas as frentes do desenvolvimento sergipano e, obviamente, reforçando as que são mais precisadas ou as que o seu poder de irradiação seja comprovado.

Aspecto da maior importância a destacar nos projetos embalados pelo atual Governo do Estado é o caráter gerador de oportunidades para o desenvolvimento sócio-econômico de Sergipe, ou seja, são empreendimentos cujos reflexos vão desencadear o surgimento de novos investimentos, aí, já patrocinados diretamente pela iniciativa privada.

Nesse particular, pelo menos três ações oficiais merecem ser citadas: o Pólo Cloroquímico, os projetos voltados para a ampliação e aprimoramento da atual estrutura turística e o Platô de Neópolis, como de resto todos os demais perímetros irrigados, adequados a uma agricultura forte, de elevada produtividade.

Inequivocadamente, cada um desses vetores, já em execução, tem o poder de, a partir da base plantada pelo Governo, expandir-se naturalmente e por conta própria, de intensificar-se, pois não se trata de algo fechado sobre si mesmo, estanque e isolado, sem possibilidade de crescimento vertical e horizontal.

Muito pelo contrário, são propostas concebidas dentro de uma visão de desenvolvimento ordenado, conseqüente e formador de uma estrutura dinâmica. E, muito mais que isso, se constituem em núcleos, a partir dos quais, será possível

auferir uma contrapartida social, seja através do recolhimento de impostos e taxas, seja, principalmente, no aquecimento do mercado de trabalho, com a abertura de oportunidades concretas para milhares de jovens, seja mão-de-obra qualificada, ou não, já que o processo aí instaurado vai desde o trabalhador rural, até o especialista, o operador do equipamento de última geração, próprio das empresas que virão para o nosso Pólo Cloroquímico.

Mas, o principal no campo das ações sociais, ficará mesmo por conta dos programas governamentais, que hoje cobrem um vasto leque de prioridades e que serão intensificados, desde quando o tesouro estadual passará a contar com novas e maiores empresas contribuintes, cujos tributos recolhidos vão propiciar investimentos oficiais na educação, saúde, moradia e tudo mais que o governador João Alves Filho já tem hoje entre as suas realizações prioritárias, e onde seu braço forte é a primeira-dama Maria do Carmo do Nascimento Alves.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Álvaro Pacheco.

O SR. ÁLVARO PACHECO (PFL — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: faleceu ontem, dia 14, em Teresina, o Professor Cláudio Pacheco. Cabe-me, por uma armadilha do destino, a penosa tarefa de comunicar a esta Casa e registrar para a Nação este acontecimento de pesar que vem diminuir a vida cultural do Piauí e do Brasil, privando-nos de uma das mais brilhantes inteligências e culturas contemporâneas de meu Estado e do País.

O Professor Cláudio Pacheco, de quem me confesso, antes de tudo, discípulo e fiel seguidor no campo da retidão moral, do amor pelo conhecimento e da incessante busca do saber e do equilíbrio da vida, foi um permanente exemplo para seus amigos, alunos e até adversários. Lúcido, claro, metódico, colocou a procura do conhecimento acima de tudo, como objetivo maior de vida.

Professor de Direito Constitucional da Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Piauí, membro da Comissão Constitucional de 1986, começou na década de 40 uma brilhante carreira de advogado e político em Teresina, ao lado de seu irmão e também meu mestre, o inesquecível Senador Sigefredo Pacheco.

Uma longa carreira de jornalista, iniciada no Rio de Janeiro em 1930, com Assis Chateaubriand, quando ainda estudante de Direito, levou-o a fundar em Teresina, já formado, com Hugo Napoleão, avô do nosso Senador e Ministro Hugo Napoleão do Rego Neto, o Jornal **O Tempo**, o primeiro órgão realmente moderno e importante da imprensa do Piauí, onde desenvolveu intensa atividade política, enfrentando a ditadura de Getúlio Vargas e preparando o caminho, no Piauí, para a redemocratização do País, que veio em 1945.

Articulador político incomparável, organizador do PSD piauiense, idealista inteiramente desprovido de qualquer ambição, jamais aceitou ocupar qualquer cargo eletivo, preferindo sempre lutar na retaguarda pelos seus ideais políticos e democráticos.

Juscelino Kubitschek, candidato à Presidência da República, na campanha eleitoral, em rápida passagem pelo Piauí, conheceu Cláudio Pacheco e por ele se fascinou. Ao assumir a Presidência, um de seus primeiros atos foi convocá-lo para a assessoria presidencial, ao lado de Vitor Nunes Leal, no Palácio do Catete. De lá, enviou-o para a Delegação Permanente da ONU, em Nova Iorque.

Mas Cláudio Pacheco era uma homem do Piauí, da terra do seu coração, da qual ele não podia se separar. Apenas alguns meses depois, resolveu trocar Nova Iorque por Teresina. Pediu demissão e regressou ao Piauí, à sua banca de advogacia e à sua cátedra na Faculdade de Direito.

Mais tarde, Jânio Quadros trouxe-o de volta para o cenário federal, incumbindo-o da tarefa de organizar e dar vida à Carteira de Colonização do Banco do Brasil, onde se lançaram as bases da primeira tentativa governamental de reforma agrária no Brasil. Permaneceu nove anos no Banco do Brasil como Diretor da Carteira de Crédito Agrícola e intransigente defensor do Nordeste e dos Estados pobres da Federação.

Mas essa atividade técnica e burocrática em nada afetou seu espírito criador e nem limitou a sua inesgotável energia intelectual. Fui seu secretário na adolescência e testemunhei sua labuta incessante. Trabalhava até 18 horas por dia, escrevendo, dando aulas, fazendo conferências e projetos. Escreveu durante quinze anos, dia a dia, o monumental Tratado das Constituições Brasileiras, em quatorze volumes, o mais completo estudo comparativo de Direito Constitucional jamais realizado no Brasil, sempre atualizado e que, no fim da vida, adaptou à Constituição de 1988.

Amante de Beethoven, de Tolstoi, de Stendhal, de Eça de Queiroz, do Padre Vieira, estudioso de História, apaixonado por música clássica e literatura, leitor assíduo de todos os clássicos universais, foi em sua vasta biblioteca em Teresina, ainda menino, que tomei contato com Garcia Lorca, Ibsen, Anouilh, Bertoldo Brecht, Shakespeare. Por insistência e estímulo seu, publiquei, em Teresina, o meu primeiro livro de poesias, aos dezoito anos.

Aposentado do Banco do Brasil, recebeu a missão de escrever a história do Banco desde a sua criação. E o seu trabalho, em 8 volumes, é a própria história da economia brasileira nos últimos 150 anos.

Entre milhares de conferências, artigos, pareceres, ainda achou tempo para escrever três romances, sendo o último uma saga da vida política brasileira, após a queda de Getúlio Vargas em 1945.

Cláudio Pacheco era sobretudo um homem bom. Sua inteligência privilegiada e sua verve permanente encantavam a todos. Seus amigos eram José Sarney, Petrônio Portela, Daniel Krieger, Juscelino Kubitschek, João Calmon, Nestor Jost, Marechal Castelo Branco, Humberto Lucena. No Piauí era um mito, sinônimo de lucidez e inteligência.

Viveu uma vida espartana, dedicada ao saber e ao bem público. Nada se pode dizer dele que não seja de louvor e saudade.

O Sr. João Calmon — Permite-me V. Exª um aparte, se for possível.

O SR. ÁLVARO PACHECO — Ouço, com prazer, V. Exª

O Sr. João Calmon — Nobre Senador Álvaro Pacheco, V. Exª reverencia a memória de um dos mais notáveis juristas e historiadores deste País. Foi ele o autor da monumental História do Banco do Brasil, a que V. Exª já se referiu, e, além disso, era um jurista extraordinário. Tive o privilégio de conhecer Cláudio Pacheco há muitas décadas, quase cinco décadas, quando, cumprindo a missão de Assis Chateaubriand, adquiri dele e de seu irmão, Sigefredo Pacheco, a Rádio Difusora de Teresina. Ao longo de meio século, sempre

convivemos com a maior cordialidade e o encarei, invariavelmente, como uma das mais admiráveis personalidades do mundo jurídico do nosso País. Além disso, era, pelo seu trato e pela sua capacidade de conquistar e manter amigos, um primoroso ser humano. Quando V. Exª faz esse registro no Plenário do Senado, desejo tomar a iniciativa de acrescentar mais um detalhe a essa rica biografia de Cláudio Pacheco. Pelos serviços extraordinários que prestou ao Direito, pelo seu culto à literatura, pelas suas credenciais excepcionais, Assis Chateaubriand decidiu prestar-lhe uma homenagem e o convidou, juntamente com outros luminares do nosso País, para ser membro do Conselho Consultivo do Condomínio Acionário das Emissoras e dos Diários Associados. A morte de Cláudio Pacheco cobre de luto este Senado, toda a vida pública e as letras jurídicas do Brasil, a nossa literatura, e deixa no Piauí, cidade que ele honrou como poucos, um vácuo profundamente lamentável. Mas estou certo de que outros valores surgirão. V. Exª tem o privilégio de pertencer à família de Cláudio e de Sigefredo Pacheco; está traçando, neste momento, uma magnífica biografia dessa figura estelar das letras jurídicas do nosso País. Conte com a minha solidariedade, que é também a solidariedade de toda a família cívica de Assis Chateubriand.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite V. Exª um aparte?

O SR. ÁLVARO PACHECO — Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Nelson Carneiro — Nobre Senador Álvaro Pacheco, eu não teria mais o que acrescentar depois da intervenção de V. Exª e do lúcido aparte do nobre Senador João Calmon. Eu queria apenas acentuar naquele homem, de quem fui amigo até a última hora, a sua capacidade de trabalho. Era impressionante como ele dedicava os dias inteiros ao trabalho. Poucos homens, na sua idade, se dedicariam tanto. O perfil V. Exª já traçou, o histórico de sua vida foi completado com a intervenção do Senador João Calmon. Mas o homem que se dedicava aos estudos e ao trabalho, à elaboração de seus livros, esse homem viveu até agora e deu um exemplo de que a idade não afasta o homem do dever de atender aos compromissos que assumiu com o povo e a posteridade. Cláudio Pacheco foi um exemplo que merece ser imitado por nós, que envelhecemos e lutamos para conservar, na hora da velhice, a tenacidade e a capacidade de trabalho que caracterizaram esse grande homem público, jurista e constitucionalista que foi Cláudio Pacheco.

O SR. ÁLVARO PACHECO — Senador Nelson Carneiro. V. Exª é um grande exemplo para todos nós. Muito obrigado.

O Sr. Chagas Rodrigues — V. Exª me permite um aparte?

O SR. ÁLVARO PACHECO — Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Chagas Rodrigues — Senador Álvaro Pacheco, como piauiense, posso dizer a V. Exª — tendo também a honra de representar o Estado nesta alta Casa — que todos nós, piauienses, recebemos com profunda tristeza e pesar a notícia do falecimento desse homem extraordinário que foi Cláudio Pacheco. Não só os piauienses, mas os nordestinos, os brasileiros, de um modo geral, muito sentiram essa perda. O Senado pode confirmar isso pelos apartes que V. Exª recebeu, na tarde de hoje, dos nobres Senadores João Calmon e Nelson Carneiro, que, estou certo, traduzem perfeitamente os sentimentos de todo o Senado Federal. Preciso dizer, é de justiça: poucos piauienses, no Império e na República, elevaram tão alto o nome do Piauí, pela sua inteligência, pelo seu caráter, pela sua erudição, pela sua vocação para o trabalho, pela sua clarividência. Era um homem extraordinário, advogado dos mais notáveis, historiador sério, erudito e brilhante jurista, professor que conquistava os seus alunos e seus colegas pela sua inteligência, pelas pesquisas que levava a efeito. Homem que emprestou a vários governos — porque possuía elevado espírito público — a colaboração da sua inteligência. Foi um grande constitucionalista — não apenas um grande professor de Direito Constitucional. A sua obra, talvez a maior, o seu festejado Tratado das Constituições Brasileiras, o mais completo no gênero, o mais erudito, o consagrou definitivamente. Receba, pois, V. Exª, como Senador e como ilustre membro de uma das mais dignas e brilhantes famílias piauienses, a família de Cláudio Pacheco e de Sigefredo Pacheco, a nossa solidariedade. O Piauí está de luto. Estou certo de que as novas gerações procurarão inspirar-se no espírito científico, no caráter e na visão alta dos problemas públicos de que Cláudio Pacheco era possuidor. Acredito que as novas gerações saberão honrar aqueles que muito fizeram pela cultura e pela civilização do nosso Brasil.

O SR. ÁLVARO PACHECO — Muito obrigado, Senador Chagas Rodrigues, pelas suas palavras.

Cláudio Pacheco viveu uma vida espartana, dedicada ao poder e ao bem público. Nada se pode dizer dele que não seja de louvor e saudade. Ontem ficamos todos mais pobres. No Piauí e no Brasil. O Doutor Cláudio morreu.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Álvaro Pacheco, o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Bacelar.

O SR. PRESIDENTE (Magno Bacelar) — A Presidência, em nome da Casa, se associa ao sentimento do povo piauiense na grande perda representada pelo falecimento do grande homem público brasileiro, Cláudio Pacheco.

O Sr. Magno Bacelar deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Bacelar.

O SR. MAGNO BACELAR (PDT-MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, nobres Srs. Senadores, hoje, o primeiro orador inscrito, o nobre Senador Ronaldo Aragão; iniciava seu discurso ressaltando os grandes problemas brasileiros, reconhecendo em vários setores de atividade do nosso País problemas quase que intransponíveis. E eu pensava: em qual dos setores brasileiros não existem problemas dessa espécie?

Venho me reportar, Sr. Presidente, ao Censo de 1991, que se processou num momento dos mais difíceis, e aos resultados da inconseqüência da política adotada no Governo Collor pelo Sr. João Santana, que reduziu a capacidade da máquina administrativa brasileira de maneira criminosa e irresponsável. Aludido censo, contestado pelo Governador do Maranhão, Edison Lobão, pelo Prefeito de São Luís, Jackson Lago, e, creio, por todos os Prefeitos do Maranhão, pelo orador que ora fala e pelo Senador Epitacio Cafeteira, ainda hoje traz conseqüências ao desenvolvimento do Nordeste.

É impossível, Sr. Presidente, admitir que o êxodo rural, que todos reconhecemos, possa atingir o Estado do Maranhão

como um todo, sobretudo porque o índice de nacionalidade no Nordeste é bem maior do que no Sul do País; e ainda mais porque o Estado do Maranhão, pela qualidade do seu solo, pela falta de secas, recebe migrantes de todo o Nordeste brasileiro.

Em relação a esse censo, foi comprovado em São Luís que alguns bairros não receberam a visita dos pesquisadores, o mesmo ocorrendo em muitas cidades do Maranhão. Tal censo conseguiu reduzir a população do Maranhão de 5.407.827 para 5.070.000 habitantes. E o documento que recebo da Secretaria de Saúde do meu Estado, alertando o Ministério da Saúde e o Inamps a reduzirem os valores destinados ao nosso Estado referentes à cobertura ambulatorial e das ordens de internação hospitalar, representa, Sr. Presidente, um agravamento na área da saúde. A calamidade instala-se naquele Estado, onde a cólera, ajudada pelas chuvas, volta a ter números assombrosos, onde as doenças, de todas as maneiras, proliferam pela fome, pelo desemprego e, sobretudo, pela falta de saneamento das nossas cidades. Não podemos, Sr. Presidente, Srs. Senadores do Maranhão, aceitar que medidas desse tipo possam ser adotadas pelo Ministério da Saúde, tendo em vista que, por lei do Congresso Nacional prorrogaram-se os efeitos do Censo anterior para que se readequasse a realidade brasileira, na área do FPM. O mesmo tratamento deve ser dado à área de Saúde. Não tenho dúvidas, Srs. Senadores, de que no momento em que o País passa por verdadeiro caos, no seu desenvolvimento e em suas finanças, o agravamento da saúde do homem do Norte e do Nordeste é maior do que no Sul do País.

O Sr Ronaldo Aragão — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MAGNO BACELAR — Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Ronaldo Aragão — Senador Magno Bacelar, V. Exª começa fazendo considerações verdadeiras sobre o censo que já começou errado, porque não foi feito em 1990, e sim em 1991. Para conhecimento de V. Exª — pelo menos minha família e eu não fomos pesquisados — foi realizado um censo por amostragem, sobre o qual desejo dar o meu testemunho. Numa cidade do meu Estado, cuja população é de 10 mil habitantes, o censo registrou 9 mil 350 eleitores. Há, portanto, um disparate nesse censo. Várias cidades apresentaram um índice maior de eleitores do que de habitantes. Não sei a quem interessou diminuir tanto o número de pessoas, pelo recenseamento, nas cidades, nos Estados e nos Municípios. Isso para diminuir a participação tanto do Estado no FPE como dos Municípios, no FPM como, também, da ajuda que, porventura, a União tivesse que dar através desse censo que é — parece-me, aqui — uma contradição. Em muitas cidades, o prefeito havia colocado algumas informações à disposição; elas não foram pesquisadas; foram feitas por amostragem. Não sei se se escreve a realidade da demografia brasileira através da amostragem. V. Exª tem toda razão quando vem a esta Casa trazendo uma realidade que está aí, que é esse censo que não foi censo nem dissenso. Ninguém sabe o que é e a quem interessou.

O SR. MAGNO BACELAR — Eu ia dizer que não chega a ser um consenso; e o nobre Senador Bello Parga diz que é um contra-senso.

O Sr. Ronaldo Aragão — Está-se fazendo a estatística no Brasil tendo um órgão importante que lhe dá um norte para se balizar toda essa pesquisa. No caso, temos um censo contestado de Norte a Sul e de Leste a Oeste. Quem está errado? Por conseguinte, em muitas cidades do meu Estado já foram feitas novas pesquisas de eleitores — através do atendimento da antiga Sucam e do Tribunal Regional Eleitoral. Está havendo um completo disparate entre o que diz o censo, a pesquisa do IBGE e a realidade. E V. Exª, mais uma vez, traz um dado a esta Casa. Já tínhamos constatado isso com nossas andanças pelo Estado, com nossas conversas com prefeitos. Parabenizo V. Exª e lhe agradeço pelo aparte que me concede. Gostaria de dizer ainda que é preciso que se tomem providências no sentido de que se façam estatísticas mais condizentes com a realidade brasileira.

O SR. MAGNO BACELAR — Nobre Senador Ronaldo Aragão, agradeço o aparte de V. Exª que engrandece o meu pronunciamento, cuja pretensão não é ser um pronunciamento, mas uma reivindicação, um protesto do Maranhão e acredito que de todo o Brasil.

Dizia V. Exª que não sabe a quem poderia atender. Nobre Senador, talvez seria para aumentar a renda **per capita,** já que o número de brasileiros era bem menor, para efeitos internacionais. E os prejuízos para a população, para os municípios brasileiros?

Quando tivemos — volto a repetir — que votar no Congresso Nacional uma emenda às pressas, para que não se aplicassem os novos índices neste ano, é porque várias cidades do interior do Brasil — e os parlamentares assim o entenderam — seriam extirpadas do mapa, por falta de recursos. O mesmo vem, agora, com relação à saúde. Não temos dúvida de que se a população brasileira diminuiu — o que temos a lamentar — os seus problemas aumentaram, a sua saúde piorou muito, Sr. Presidente. Daí o nosso apelo ao Presidente da República, ao Ministro da Saúde e ao Presidente do Inamps, para que S. Exªs reconsiderem esta decisão, tendo em vista que os prejuízos serão enormes para os nossos Estados e para a saúde do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. MAGNO BACELAR EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Ofício CIRC. nº 020/GS/SES

São Luís — Maranhão — 4-3-93

Exmo. Sr.
Carlos Magno Duque Bacelar
DD. Senador da República
Ala Senador Tancredo Neves, Gab. 54
Brasília — DF

Senhor Senador,

Com grande preocupação, levamos ao conhecimento de V. Exª que, em função do censo de 1990 haver alterado a população do nosso Estado de 5.407.827 para 5.070.000 habitantes, há uma predisposição do Inamps de diminuir os valores da receita de cobertura ambulatorial, bem como a quota de AIH's, destinados ao Maranhão, calculados com base no censo anterior.

O quantitativo de AIH's e os recursos destinados às atividades ambulatoriais, conforme temos insistentemente levado ao conhecimento do Ministério da Saúde/INAMPS, não atendem às reais necessidades da população do nosso Estado, que tem características epidemiológicas e sanitárias singulares e por isto mesmo deveria ter recebido tratamento diferenciado da regra geral.

Ora, aceitar a redução das AIH's e dos recursos da UCA, num momento extremamente difícil para o Maranhão, onde a epidemia da cólera recrudesceu, favorecida pela estação invernosa, apesar dos esforços conjuntos dos governos federal e estadual no sentido de conter seu avanço, é admitir um provável agravamento das precárias condições de saúde da população e a diminuição do atendimento ambulatorial e hospitalar de toda a rede de serviços que integra o Sistema Único de Saúde.

Diante dessa grave situação torna-se absolutamente necessária a mobilização do governo estadual, da classe política dos nossos representantes na Câmara Federal e no Senado, no sentido de que o Ministério da Saúde/Inamps não reduza o quantitativo de AIH's e recursos da UCA destinados ao Maranhão, e assegure ao nosso Estado recursos que venham garantir a redução de riscos de doenças e de outros agravos à saúde e o acesso universal e igualitário às nações e aos serviços de saúde.

Por todas essas razões solicitamos o indispensável apoio e gestões da Assembléia Legislativa, da Câmara Federal e do Senado Federal junto ao Ministério da Saúde e Presidência do INAMPS, a exemplo do que ocorreu com o Fundo de Participação dos Municípios — FPM, onde, com a participação de todos, o Congresso Nacional votou pela prorrogação do prazo de adequação aos novos índices populacionais e, dessa maneira, deveremos fazer as mesmas gestões para que os Recursos da Saúde sejam também mantidos para tranquilidade da população, e nesse sentido contamos com a adesão de V. Exª, a essa causa comum.

Aproveitamos o ensejo para reiterar a V. Exª, elevados protestos de apreço e consideração. — **Antonio Joaquim Araújo Filho,** Secretário de Estado da Saúde.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Aureo Mello — Eduardo Suplicy — Gilberto Miranda — Henrique Almeida — Jarbas Passarinho — João Calmon — José Fogaça — Jutahy Magalhães — Meira Filho — Nelson Carneiro — Odacir Soares.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Os itens nºs 1 e 2 da pauta de hoje, em fase de votação, ficam adiados por falta de **quorum.**

São os seguintes os itens adiados:

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1993 (nº 3.520/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, ao Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências, tendo

— Pareceres, proferidos em Plenário, Relatores:

— Senador Bello Parga, favorável, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e

— Senador Cid Sabóia de Carvalho, favorável, nos termos de Substitutivo que apresenta, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 236, de 1993, de preferência, para votação do Substitutivo sobre o Projeto.)

— 2 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 10, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 10, de 1993, de autoria do Senador Magno Bacelar e outros Senhores Senadores, que dá nova redação ao art. 2º da Resolução nº 32, de 1991, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, Relatores:

— Senador João Calmon, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável; e

— Senadora Júnia Marise, em substituição à Comissão Diretora, favorável.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — A Presidência retira da pauta os itens 3 e 4, 5 e 6 nos termos do art. 175, letra "e", do Regimento Interno.

São os seguintes os itens retirados:

— 3 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 1992 COMPLEMENTAR

(Em Regime de urgência, nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1992 — Complementar)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1992 — Complementar (nº 71/89, na Casa de origem), que dispõe sobre o processo judicial de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária. (Dependendo de Parecer.)

— 4 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 1992 COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1992 — Complementar)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1992 — Complementar, de autoria do Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social. (Dependendo de Parecer).

— 5 —

OFÍCIO Nº S/17, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno)

Ofício nº S/17, de 1993, através do qual a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro solicita autorização para emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro Municipal (LFTM-Rio), para os fins que especifica. (Dependendo de Parecer.)

— 6 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 157, DE 1992

Discussão e votação da retificação encaminhada pela Câmara dos Deputados, através do Ofício nº 84, de 1993, do Presidente daquela Casa, solicitando seja incluído no texto do Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 1992, após o inciso V do art. 1º, o seguinte inciso VI, renumerando-se os demais:

"VI — Ministro de Estado da Previdência Social".

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente Chagas Rodrigues, Srs. Senadores, o Partido dos Trabalhadores realizou ontem uma prévia entre os seus filiados, para definir o seu posicionamento com relação ao plebiscito do próximo dia 21 de abril, quando os eleitores brasileiros escolherão a forma — monarquia ou república — e o sistema de governo — parlamentarismo ou presidencialismo.

Quis o Partido dos Trabalhadores realizar um plebiscito interno entre os seus filiados para definir a posição oficial do Partido, posição essa que será oficial se pelo menos 10% dos 700 mil filiados, em todo o Brasil, tiverem comparecido ao pleito realizado ontem, dia 14 de março de 1993.

Trazemos aqui, para conhecimento do Senado, os resultados parciais já divulgados em 327 municípios de 21 Estados. De um total de 29.220 votos já apurados, temos: para o sistema presidencialista, 20.799 (73,5%); para o parlamentarista, 7.464; nulos, 233, e em branco, 397. Nesses totais não estão incluídos os resultados das capitais de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Na cidade de São Paulo, computados 70% dos votos (3.681 votantes), houve 1.421 votos (61,6%) para o presidencialismo e 2.285 (38,34%) para o parlamentarismo, e ainda alguns votos brancos e nulos.

Com esses resultados, pode-se estimar, primeiro, que teremos o **quorum** mínimo de pelo menos 10% dos filiados comparecendo a esse plebiscito interno do Partido dos Trabalhadores e, segundo, que 70% a 75% dos filiados ao Partido terão optado pelo presidencialismo.

Gostaríamos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, de ressaltar a importância desse exercício democrático do Partido dos Trabalhadores, ao propor que todos os seus filiados voluntariamente comparecessem às urnas para decidir a respeito da questão do sistema de governo.

Depois de inúmeros debates e de observar a reação das pessoas — filiadas e simpatizantes do PT e a população de maneira geral — chegamos à conclusão de que esse plebiscito programado pela Constituinte de 1988, inicialmente para 7 de setembro e depois para 21 de abril, na verdade, deixou para a população brasileira um período muito curto para que efetivamente experimentasse o sistema de governo presidencialista, com eleições em dois turnos, com regras mais democráticas do que anteriormente havia, sem a Lei Falcão, com a possibilidade de os candidatos participarem de debates divulgados pelos meios de comunicação, com a possibilidade de os partidos apresentarem suas mensagens através dos meios de comunicação, de maneira a neutralizarem o abuso do poder econômico que, infelizmente, ainda tem caracterizado as eleições no Brasil.

Acreditamos que o resultado desse plebiscito realizado pelo PT pode estar confirmando aquilo que previamos que aconteceria. Talvez fosse o caso de o Congresso Nacional decidir pelo adiamento do plebiscito para que tivéssemos, quem sabe, mais dois mandatos presidenciais antes de uma decisão mais amadurecida. Talvez fosse essa uma decisão importante e de bom-senso que estaríamos a tomar.

Sobre essa sugestão, telefonamos para o Presidente da Frente Parlamentarista Ulysses Guimarães, Senador José Richa, bem como para o Presidente da Frente Presidencialista, Senador Marco Maciel, expondo essa sugestão, que também apresentamos aqui no Senado, para os colegas Senadores, não esquecendo, é claro, a extraordinária dificuldade regimental que haveria, mesmo que chegássemos ao consenso de que essa decisão está muito próxima, ainda, da Constituinte de 1988.

Em verdade, os cinco anos estabelecidos pela Constituição não foram suficientes para que a população se sentisse segura para tomar a decisão de deixar de lado o sistema presidencialista, ainda mais quando se leva em conta que não tivemos, propriamente, cento e três anos de república com o sistema presidencialista efetivamente democrático.

Na análise feita pelos parlamentaristas acerca dos problemas de instabilidade política do presidencialismo, precisamos observar que foi principalmente a partir de 1988 que o Brasil, pela Constituinte, instituiu normas mais democráticas para as eleições presidenciais, inclusive com o processo de elição em dois turnos.

Venho avaliando as vantagens e desvantagens do parlamentarismo e tenho considerado como importantes muitos dos argumentos em favor desse sistema, em especial a questão de não se deixar enfeixado na pessoa única do Presidente toda a responsabilidade sobre as decisões da vida política brasileira.

Entretanto, ao mesmo tempo, observo os problemas que ainda caracterizam a vida do Congresso Nacional, tais como os que estão ocorrendo, mais uma vez, na Comissão Mista do Orçamento, na elaboração do Orçamento. Tudo isso faz com que a população ainda tenha dúvidas em optar pelo parlamentarismo.

Especialmente porque, em 1984, houve aquele movimento extraordinário pelas diretas já; em 1989, o engajamento da população, cada um a favor de seu candidato. Tínhamos figuras singulares da vida política brasileira a entusiasmar as multidões: Ulysses Guimarães, Mário Covas, Aureliano Chaves, Roberto Freire, Luís Inácio Lula da Silva, Fernando Collor de Mello — estes dois principalmente entusiasmando a todos — e muito! — no segundo turno. Tudo isso representou uma mobilização de esperança, de anseio entre todos os brasileiros. Deixar essa experiência de uma hora para outra sem que se tenha um conhecimento mais profundo é muito arriscado, na minha avaliação. Penso ser este o sentimento que faz com que, entre os filiados do PT, por exemplo, haja essa preferência, já detectada, da ordem de 70 a 75% em favor do presidencialismo.

Assim, submeto à análise das Frentes Presidencialista e Parlamentarista, sobretudo — incluindo-se também os monarquistas, embora tenham consciência de que há pouca chance de reverter um quadro de preferência da ordem de 15 a 20% apenas — em perguntar se não é o caso de efetivamente considerar-se a possibilidade de adiamento do plebiscito, para

que tenhamos mais dois mandatos presidenciais. O mandato de Fernando Collor de Mello pouco serviu como experiência conclusiva.

Respeito as convicções e quase abracei a causa dos parlamentaristas. Mas, sinceramente, não me senti suficientemente entusiasmado para ingressar numa frente ou noutra, tanto que ontem, no plebiscito do Partido dos Trabalhadores, deixei de assinalar a minha preferência entre o parlamentarismo e o presidencialismo, votando em branco. Considero prematura, ou não suficientemente amadurecida, a decisão.

Tendo em vista que a Frente Parlamentarista está sugerindo — e amanhã irá definir — a data de proposição de um novo referendum para daqui a 5, 8 ou 10 anos, pergunto se não seria o caso de se propor um novo prazo para o plebiscito. Compreendo a dificuldade regimental, pois são necessárias duas votações na Câmara e duas no Senado. Como exemplo, temos a votação da Emenda Constitucional nº 2, que foi realizada em quase dois meses, apesar da urgência. Como, então, em pouco mais de um mês, conseguiremos votar nas duas Casas uma nova emenda?

Coloco este pensamento porque faz sentido não apenas para mim, mas para muitos dos brasileiros com quem conversei nos últimos dias.

O Sr. José Fogaça — V. Exª me concede um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY — Tem V. Exª a palavra.

O Sr. José Fogaça — Senador Eduardo Suplicy, aproveito a presença de V. Exª na tribuna para tentar desfazer uma dúvida ou, pelo menos, buscar um esclarecimento. Confesso que tive um pouco de dificuldade para entender a razão do plebiscito do PT e, agora com o resultado, talvez entenda, mas gostaria de saber se os filiados do PT, com essa decisão, ficam obrigados a votar pelo regime presidencialista, que foi o majoritário. Ficam condicionados ou há, com isso, apenas um posicionamento partidário?

O SR. EDUARDO SUPLICY — Prezado Senador José Fogaça, a intenção prévia do Partido dos Trabalhadores, ao realizar esse plebiscito interno, foi a de formar uma decisão oficial do Partido, desde que, pelo menos, 10% dos filiados comparecessem. O fato do comparecimento ter se aproximado dos 10% significa que, apesar de ter havido o chamamento pelo rádio e pela televisão, não houve entusiasmo suficiente para a mobilização. Por isso, realizaremos, no próximo final de semana — dias 20 e 21 —, uma reunião entre os filiados do PT, no que diz respeito à posição oficial do Partido e ao que propor e demandar de seus filiados.

Em princípio, a decisão era que pelo menos as figuras públicas do PT — seus parlamentares e dirigentes — deveriam acatar a decisão do plebiscito. Quero dizer a V. Exª que, na minha avaliação, o plebiscito é adequado como forma de definir a posição do Partido.

A maioria dos filiados considera o presidencialismo o melhor sistema, na presente circunstância. Quero ressaltar que muitos colocam isso — na presente circunstância — não simplesmente por causa da possibilidade de Lula ser um futuro candidato a Presidente da República, mas por uma questão de maior segurança e de ainda ser prematura a decisão de mudar o sistema, dado o pouco tempo de experiência que tivemos com o presidencialismo sob as novas regras, mais democráticas do que tínhamos anteriormente na história brasileira.

Se vai ser obrigatório o voto de cada um, essa será uma reflexão do Partido na reunião do Diretório Nacional na próxima semana. Eu normalmente vou para uma reunião do Diretório, do qual sou membro, com a cabeça aberta para ouvir as opiniões.

Em princípio, externo a V. Exª que considero difícil obrigar uma pessoa que tanto batalhou pelo parlamentarismo — como é o caso dos Deputados José Genoíno, João Paulo e outros — a votar contrariamente à sua convicção pessoal. O que provavelmente vai ocorrer é que, a partir da decisão do Partido no próximo final de semana — isto já havia sido acordado previamente —, os parlamentares e os dirigentes que defendem o parlamentarismo deixarão de participar dos programas da Frente Parlamentarista Ulysses Guimarães.

Vou à reunião de cabeça aberta, mas não deixarei de externar a minha convicção pessoal de que, para este caso, como não traz prejuízos para os objetivos maiores do Partido dos Trabalhadores de transformação do País em direção a uma sociedade mais justa, avalio que não seria o caso de obrigar a pessoa a votar contrariamente a sua convicção. Mas, de qualquer maneira, esta é uma decisão do Diretório.

O Sr. José Fogaça — A minha pergunta é exatamente sobre esse fulcro, essa questão central. Acho que o plebiscito do PT é uma questão de economia interna do Partido e a ninguém é dado o direito de fazer julgamentos externos; principalmente quem é filiado a outro Partido não pode julgar se foi uma atitude correta ou não. Eu não recomendaria isso ao meu Partido nem a partido algum, é uma decisão de soberania interna do PT e, portanto, ninguém deve criticar. Se acho que foi um erro, guardo isso para mim e não recomendaria ao meu Partido. Agora, há questões resultantes disso que já não são apenas de economia interna do PT, e parece-me que se o PT decidir por condicionar ou obrigar os seus filiados a um exercício de voto compulsório, aí creio que invade a área da cidadania, dos direitos fundamentais e o equívoco do PT não fica apenas com efeitos intramuros, mas também para efeitos extramuros, ou seja, atingiria questões mais amplas e tenho a impressão que críticas muito severas, fundamentalmente de setores democráticos, seriam assestadas contra o PT. Por isso é que fiz a pergunta, mas como é uma coisa que não está decidida, não gostaria de adiantar qualquer análise. Do meu ponto de vista, de quem não tem nada que meter a colher torta nos problemas internos do PT, reservo-me o direito de fazer uma crítica — e aí será uma crítica a **posteriori** da decisão, evidentemente, nunca **a priori** — ao Partido, que eu respeito, considero um Partido moderno, que não tem por que tomar decisões retrógradas invadindo a área da cidadania, porque a cidadania não é uma questão do PT, é uma questão do País, da Constituição, dos direitos humanos, dos direitos fundamentais. E parece-me que, se a decisão for abrangente a ponto de obrigar o cidadão a conflituar-se com o seu direito do livre-arbítrio da vontade, isso não é aceitável para qualquer instituição em qualquer lugar do mundo, muito ição de organização popular e democrática, como pretende ser o PT. Estranhei o plebiscito do PT, e vou dizer a V. Exª por que: todos os partidos de esquerda no mundo, ou os partidos de cunho democrático, liberam seus filiados a votarem conforme sua consciência, quando há plebiscitos dessa natureza, que não envolvem propriamente uma questão ideológica, mas, como disse V. Exª, uma questão de oportunidade histórica — é um juízo de oportunidade que alguns fazem, para outros é um juízo de caráter técnico-jurídico, outros fazem um juízo de caráter moral ou ético, mas não me parece que esteja envolvida aí a questão ideológica, porque o parlamentarismo é democrático e o presidencialismo tam-

bém o é, estamos discutindo no País apenas qual é o sistema mais funcional pelo qual o povo optará soberanamente. É o que tem sido o registro e a marca da história dos partidos democráticos no mundo como, por exemplo, na Itália ou nos Estados Unidos, quando se faz um plebiscito sobre aborto ou sobre direitos religiosos, os partidos têm liberado seus filiados, e é por isso que a tradição do sistema plebiscitário no mundo é de que se criem as frentes. A idéia das frentes foi produzida no Brasil não por uma invenção casual ou conjuntural nossa. Em todos os lugares do mundo, quando há plebiscito sobre aborto, religião ou até mesmo sistema de governo — não creio que isso tenha ocorrido em outro lugar ou, pelo menos, disso não me recordo — o que ocorre, geralmente, é que os partidos liberam seus filiados para integrarem frentes. Tenho visto o socialismo francês, em alguns plebiscitos, dividir-se naturalmente. Inclusive, foi o que ocorreu no chamado Plebiscito Sobre Maastricht, ou Plebiscito da Opção de Maastricht, que era pela integração à Comunidade Econômica Européia de imediato. Os socialistas não fizeram uma definição partidária pórque não se tratava de uma questão de conotação ideológico-partidária e liberaram os seus filiados para integrarem as correntes de acordo com as circunstâncias e com o momento. Num plebiscito sobre aborto na Itália, o Partido Comunista Italiano liberou os seus filiados para fazerem uma opção ética, moral, religiosa, individual, subjetiva — é verdade que hoje não é mais um Partido Comunista, já mudou de nome, é o Partido Democrático da Sinistra. O que tenho visto e registrado, na história recente, na experiência mais moderna, é que os partidos procuram alhear-se às questões que não envolvem definição ideológica, programática ou partidária. Por isso é que estranhei um pouco essa posição do PT, mas como é uma questão de um partido e não envolve os demais, é evidente que temos que respeitá-la e considerá-la como uma decisão interna para definir uma posição do partido. Apenas o que acho é que o PT não pode, não tem esse direito — como o PMDB ou qualquer outro partido do mundo também não têm — de dizer aos seus filiados qual o julgamento ou opção de consciência que ele deve fazer em qualquer circunstância. Poderá, isto sim, decidir qual é a posição, a bandeira, a linha, a conduta oficial da Executiva Nacional do Partido, ou dos seus parlamentares enfim, mas nunca o de condicionar seus filiados; isso prejudicaria enormemente os conceitos básicos de cidadania. Perdoe-me V. Exª fazer essas observações, elas têm apenas o objetivo de tentar contribuir para um debate que o PT suscita no País, a bem ou mal, não há dúvida que o fato do debate existir é uma coisa positiva.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Agradeço a V. Exª pela reflexão com relação ao Partido dos Trabalhadores.

Vou respeitar essa decisão, porque foi a forma que avaliei, como filiado do Partido, como significativa e importante para a tomada de decisão oficial do Partido. Mas avalio que para uma pessoa com as convicções, digamos, como as do Deputado José Genoíno e outros que tanto participaram e se engajaram na campanha parlamentarista e que entendem que esse deva ser o sistema, recomendarei ao meu Partido que, nessas circunstâncias, esses companheiros tenham a possibilidade de votar de acordo com a sua convicção, porque isso não prejudicará os objetivos maiores e a própria democracia do Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Magno Bacelar — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY — Ouço V. Exª, nobre Senador Magno Bacelar.

O Sr. Magno Bacelar — Nobre Senador Eduardo Suplicy, quase não resisti em pedir um aparte dentro do aparte do nobre Senador José Fogaça, para dizer que essa é uma das grandes contradições da teoria dos parlamentaristas, que condenam o que, no nosso entendimento, foi o gesto mais democrático que poderia haver, que foi a posição assumida pelo PT em ouvir as suas bases. Como teríamos parlamentarismo, cujo pressuposto são partidos fortes, se decisões democráticas são condenadas dentro dos próprios partidos? O meu aparte ao discurso de V. Exª é no sentido de felicitar o Partido dos Trabalhadores, que tem sua base nos trabalhadores, por esse gesto e para ressaltar que o procedimento dos seus filiados representa exatamente o sentimento brasileiro de alheamento e de condenação pela antecipação do plebiscito. A abstenção representa isso. Assisti a sua entrevista, ontem à noite, na televisão, na qual V. Exª dizia que estava em dúvida e que votaria em branco. Assim está o povo brasileiro, nobre Senador. O PDT, meu Partido, entrou com vários recursos perante o Superior Tribunal Eleitoral, tentando o adiamento desse plebiscito, o qual, açodadamente, antecipamos, desrespeitando o que determinava o Constituinte em 1988. Nobre Senador, felicito o PT em todos os seus atos, até mesmo se vier a fechar questão, porque foi uma decisão dos filiados de todo o Brasil, que optaram pelo não-comparecimento, demonstrando que o povo não está interessado nisso. O povo brasileiro vive um momento difícil na saúde, na educação e na economia, e não está pensando na mudança do sistema de governo. V. Exª dizia que há bem pouco tempo, todos foram às ruas pedir eleições diretas. E agora se diz que a campanha presidencialista está enganando o eleitor quando diz que o povo quer votar para presidente. Na realidade, os parlamentaristas precisam dizer que o presidente, no parlamentarismo, nada manda, é apenas chefe de Estado. Parabéns a V. Exª e a seu partido. Esse foi um exemplo democrático. Os partidos que quiserem ser fortes e ter compromisso com a Nação devem assim proceder. Parabéns a V. Exª

O SR. EDUARDO SUPLICY — Agradeço V. Exª por essas palavras, Senador Magno Bacelar, inclusive, como Líder do PDT, reconhecendo a prática democrática do Partido dos Trabalhadores para definir uma questão maior para a vida do País.

O Sr. Mauro Benevides — V. Exª me permite um aparte, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Com muita honra Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Eduardo Suplicy, vários Senadores já intervieram no discurso de V. Exª, saudando a sistemática adotada pelo seu partido de ouvir os militantes em torno do sistema de governo, objeto da consulta plebiscitária do dia 21 de abril. Realmente, em todo território nacional, onde o PT pôde reunir os seus correligionários, o fez com esse objetivo de conhecer a tendência prevalecente no âmbito da agremiação, já que em abril, por uma emenda constitucional que votamos, terá que se processar essa ausculta popular em torno da forma e sistema de governo. Acompanhei as declarações de V. Exª na imprensa. Ao declarar que votará em branco, com a liderança que exerce, sendo V. Exª detentor de um potencial imenso de votos no seu Estado, a ponto de estar nesta Casa representando o povo

bandeirante, constatei a sua posição de se dobrar à evidência de uma preferência nítida do seu partido em favor do presidencialismo. Quero, neste aparte, saudar essa praxe que passou a ser adotada pelo Partido dos Trabalhadores, consultando em profundidade seus militantes e fazendo com que o partido direcione os seus votos numa manifestação como será a de 21 de abril, por força do imperativo constitucional.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Agradeço a V. Exª pelo aparte, nobre Senador Mauro Benevides. V. Exª soube compreender o meu gesto de ontem, porque, de fato, continuo a ter enormes dúvidas sobre a natureza do sistema.

Avalio, hoje, como cedo, como verde, como prematuro para o Brasil adotar o sistema parlamentarista. Penso que precisamos experimentar um pouco mais, quem sabe termos mais dois mandatos, para que tenhamos a possibilidade de, com maior conhecimento da natureza dos dois sistemas, com o presidencialismo funcionando com regras democráticas, com os dois escrutínios, evitar o abuso do poder econômico nas eleições.

Enfim, seria mais adequado, e eu próprio, quem sabe, teria condições de me convencer mais entusiasticamente do parlamentarismo após uma experiência de maior profundidade. Por essa razão, avalio que faria mais sentido se esse plebiscito, programado para 21 de abril, pudesse ser realizado por volta do ano 2000. Poderíamos até examinar qual seria a data precisa, mas tendo pela frente, pelo menos, mais dois exercícios de presidentes eleitos diretamente pelo povo.

O Sr. Esperidião Amin — V. Exª me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY — Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Esperidião Amin — Quero me valer da oportunidade para, igualmente, cumprimentar o partido que o tem aqui como seu representante combativo e participante. Quero cumprimentar o partido a que V. Exª está filiado pela iniciativa, sem entrar em detalhes, sem entrar no mérito da ocasião, dos indicativos. Sempre que um partido delibera a respeito de uma questão importante para o País, ele realça a sua vocação democrática ou a busca da concretização da sua vocação democrática. Então, o PT está de parabéns, ocupou espaço — particularmente, a Frente Parlamentarista, a qual me filio, houve-se muito bem abrindo espaços para os líderes petistas, que optaram pelo parlamentarismo, para que dissessem o que pensam. Assisti espaços abertos pela nossa Frente Parlamentarista, inclusive, que foram usados por Líderes do PT — como Benedita da Silva; José Genoíno, com quem já participei de comícios e reuniões; Olívio Dutra, enfim, vários dos principais líderes do PT — , principalmente a nível de Congresso Nacional, que tiveram oportunidade de ocupar espaço e dizer por que são parlamentaristas. Hoje, ainda, ouvi uma manifestação muito incisiva do Deputado Paulo Delgado. Mas, junto com os meus cumprimentos, quero, aqui, tornar pública a minha preocupação. Quando da nomeação da Ministra Erundina — V. Exª se lembra — ofereci um aparte ao Senador Cid Sabóia de Carvalho ferindo exatamente esse ponto do pronunciamento que o Senador então fazia para defender a liberdade de opção de S. Exª sem que dessa liberdade resultasse uma medida disciplinar que, entendo, não é compatível com o atual estágio de democracia que vivemos. Então, a preocupação que quero tornar pública é: o que será que vai acontecer aos parlamentaristas do PT? Será que eles terão que mudar o voto? Será que terão que fazer continência verbal? Será que vão ser subjugados, na sua consciência, por uma decisão democrática? Isso me preocupa, porque a opção pelo parlamentarismo ou pelo presidencialismo, pela monarquia ou pela república, é uma opção única que o povo brasileiro vai fazer. Como disse V. Exª, também não sei se essa é a época para tomar a decisão, se o plebiscito não deveria ocorrer numa época diferente, mas o fato é que ele vai acontecer agora. E a antecipação não foi muito radical, foi de seis meses. Também se cogitou de antecipar por um ano e neste caso ele já deveria ter sido realizado. Mas quero deixar no ar, juntamente com meus cumprimentos ao seu partido, a minha preocupação. Será que o Deputado José Genoíno não vai poder participar da próxima reunião da Frente Parlamentarista? E se participar, vai ser suspenso por um ano? Vai ter os seus direitos partidários sustados? O plebiscito do PT, que é uma bela experiência democrática, em tese, pode acabar se transformando, Senador, em uma dor de cabeça partidária anterior a essa grande dor de cabeça nacional que é o plebiscito de 21 de abril. O que vamos fazer, por exemplo, com o resultado do plebiscito de 21 de abril se ele decidir pela monarquia? Vamos fazer outro para dar mais tempo à população de se esclarecer a respeito? Preocupa-me — é isto que quero deixar público — o que será dos meus companheiros parlamentaristas do PT. Não vamos mais contar com o brilho da sua participação ou com o idealismo das suas manifestações? E V. Exª está numa condição privilegiada, pois anunciou que seu voto foi em branco. Assim, nem os presidencialistas, nem os parlamentaristas estão zangados — ou talvez os dois grupos estejam — com a sua manifestação. Por isso, peço a V. Exª que ajude a que não se abata sobre os meus companheiros parlamentaristas do PT uma inquisição, uma santa inquisição. Segure os torquemadas! Não permita que o PT deflagre, no seio do partido, uma campanha de caça, não às bruxas, mas aos parlamentaristas. E já antecipo: se iniciarem uma caça aos parlamentaristas, vou entrar — e — na briga do PT para defender o direitos que eles têm de proclamar o que pensam. Acredito até que isso faria muito bem para o próprio processo de amadurecimento partidário. Em síntese, vamos consultar, vamos tirar uma posição — parece que é essa a expressão idiomática que se usa no PT, tirar uma posição — , mas não vamos sair de machado, de foice e muito menos de martelo atrás dos nossos parlamentaristas, que foram derrotados, mas que não precisam, além da derrota, serem confinados em relação ao plebiscito nacional. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Prezado Senador Esperidião Amin, agradeço a V. Exª pela preocupação carinhosa, respeitosa para com o Partido dos Trabalhadores. Pode ter certeza V. Exª de que vamos ter um procedimento democrático para decidir sobre essa questão. E eu, conforme salientei ao Senador José Fogaça, também estou preocupado com a posição de pessoas que têm a convicção dos que participaram da Frente Parlamentarista Ulysses Guimarães, porque, inclusive, já deixaram a sua marca indelével, a sua marca de profundidade, dizendo o que pensam; foram dos que mais contribuíram para a campanha parlamentarista em si. Quando, por exemplo, o Deputado José Genoíno ressaltou a importância do Partido dos Trabalhadores, dos filiados do PT votarem no parlamentarismo — inclusive para que Lula seja eleito Presidente da República —, S. Exª o fez com argumentos fortes, dizendo que na Frente Parlamentarista é que estão os principais aliados do Partido dos Trabalhadores, como o PSDB, o PC do B, o PPS, e assim por diante. E no que diz respeito ao parlamentarismo, até o Partido de V. Exª — não propriamente no que diz respeito aos destinos do País

e ao que se quer para o Brasil — , com relação a muitas coisas, nem sempre estamos de acordo. Esses argumentos são ponderáveis, mas não conseguiram convencer a maioria dos filiados. José Genoíno, Olívio Dutra, José Dirceu e Aloizio Mercadante percorreram o Brasil expondo as suas opiniões e convicções. Assim, avalio que no sábado e domingo próximos o Diretório Nacional do PT terá uma decisão importante a tomar.

Quero dizer a V. Exª que me sinto feliz por pertencer a um partido tão respeitado hoje pela forma pela qual convida todos os seu filiados a dizerem a sua opinião sobre o melhor sistema de governo para o Brasil.

O Sr. Epitacio Cafeteira — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY — Concedo o aparte a V. Exª

O Sr. Epitacio Cafeteira — Nobre Senador Eduardo Suplicy, quero aproveitar a oportunidade para, ao apartear V. Exª, fazer algumas considerações. Inicialmente, esse plebiscito não chegou a ser reivindicado por ninguém. Nenhum movimento popular esteve à frente da proposta de que o plebiscito fosse antecipado. Na Constituição havia, no art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a determinação de que se fizesse um plebiscito. A data do plebiscito foi antecipada em seis meses, ou menos — de 7 de setembro para 21 de abril de 1993 — , mas não era uma reivindicação popular. Continua não sendo uma reivindicação popular. E na hora em que o povo, de repente, recebeu uma convocação para se pronunciar, sem a respectiva doutrinação por parte daqueles que são seus representantes no Congresso, ele ficou em dúvida. De repente, o que está se vendo é que os artistas de televisão é que estão fazendo o **marketing** de cada grupo, de cada uma das frentes. E o povo vê que todos se dizem defensores dos interesses populares, embora cada um apresente uma proposta totalmente diferente. Vejo, por exemplo, a Frente Monarquista dizer que aquilo que ela propõe é a forma mais nova de governo, quando, na realidade, é a mais antiga. E tudo é válido quando se quer buscar o apoio popular.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Senador Epitacio Cafeteira, peço a V. Exª que conclua seu aparte, porque tenho uma emergência de natureza pessoal a resolver. Agradeço muito a sua compreensão.

O Sr. Epitacio Cafeteira — Vou encerrar. Apenas quero fazer também referência ao fato de que tanto a Frente Parlamentarista como a Frente Presidencialista cederam tempo ao Partido dos Trabalhadores. O desejo era que o PT tivesse a oportunidade de ouvir os seus filiados. E, apesar de o Presidente do Partido de V. Exª, Luiz Inácio Lula da Silva, ser apresentado como parlamentarista, além de uma série de Líderes do PT defenderem o parlamentarismo, 70% do Partido votou pelo presidencialismo. Essa é uma demonstração clara da vontade popular. Não tenho a menor dúvida de que o PT é um segmento da sociedade e, embora tenha posições políticas, não deixa de representar, também, o grupo social. Tenho a certeza de que esse plebiscito vai apresentar um número muito parecido com a consulta feita no Partido dos Trabalhadores, onde havia, inclusive, a defesa veemente de alguns de seus maiores líderes que pediam o voto pelo parlamentarismo. Aproveito a oportunidade para me congratular com o seu Partido, e com V. Exª, porque buscou, ao ouvir os seus filiados, o rumo que o próprio Partido quer para a definição do sistema de governo. Creio que o plebiscito servirá, inclusive, para que os políticos se aglomerem em funções ideológicas. Só conheço um partido que tem uma questão igual: o PSDB, que é parlamentarista — nos outros, há essa luta intestina entre parlamentaristas e presidencialistas, como vai ocorrer, a partir do plebiscito, no Partido de V. Exª

O SR. EDUARDO SUPLICY — Agradeço as suas observações, Senador Epitácio Cafeteira, que mostram também o respeito que o Partido de V. Exª tem para com o Partido dos Trabalhadores.

Concluindo, Sr. Presidente, quero dizer da importância não só para os parlamentaristas, mas também para os presidencialistas, de nos fortalecermos para fazer com que o Congresso Nacional seja mais respeitado em todas as nossas atividades. Com isso, faço um apelo para que a forma de elaborarmos, apreciarmos e votarmos, nesta Casa, o Orçamento da União se torne mais transparente, mais exemplar de modo que a destinação dos recursos pedidos pelos parlamentares seja feita com maior transparência, maior diálogo, maior análise da relação benefício/custo social de cada proposição feita.

Considero importante que a Presidência, agora que os trabalhos da Comissão Mista foram concluídos, determine que seja ligado pelo PRODASEN o Orçamento de 1993 — o OR/93, através dos terminais de computadores do Senado, um investimento da ordem de US$14 milhões ou US$ 20 milhões — não sei o número preciso — para que haja maior transparência de informações aos representantes do povo — e, portanto, ao povo.

Gostaria de assinalar as boas-vindas, ao Brasil, ao Padre Vito Miracapillo, que foi recebido com festas ontem e com uma missa, a 81 quilômetros de Recife, por mais de 5 mil pessoas, em especial trabalhadores do campo e sem-terra que estiveram felicitando o Padre Vito Miracapillo, impedido de estar no País, desde o momento em que se recusou a rezar a missa de 7 de setembro que lhe havia sido determinada pelo governo militar.

É importante ressaltar que, ontem, estiveram junto ao Padre Vito Miracapillo, no Município de Ribeirão, em Pernambuco, o Bispo emérito de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, e a Ministra da Administração Federal, Luiza Erundina.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Sr. Senador Eduardo Suplicy, o apelo que V. Exª acaba de formular mais uma vez será encaminhado ao Presidente do Senado, e, quero crer, objeto de deliberação de S. Exª

Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PDS — SC — Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, por ocasião da vinda ao Senado do Sr. Ministro Eliseu Resende, na última terça-feira, dirigi ao Ministro duas perguntas. Uma delas diz respeito a que posição, que providências o Ministério da Fazenda está adotando em relação a decisões tomadas com base em pareceres da ex-Consultoria-Geral da República, atual Advocacia-Geral da União, que representam renúncia de receita; pareceres que referem crédito de exportação; pareceres que referem interesses de um grande estaleiro do Rio de Janeiro, e pareceres que beneficiam uma empresa que executava obras da extinta Portobrás.

Todos esses relatórios representam uma contrariedade à posição da Procuradoria da Fazenda Nacional, que deu pare-

cer no sentido do não-atendimento às empresas, o que a Advocacia-Geral da União desconsiderou, acolhendo as demandas dessas cinco empresas especificadas em artigos publicados no início deste mês, dias 1º, 3 e 5 de março, no jornal **Folha de S. Paulo** — textos que acompanham o meu pedido.

Ocupo este microfone no sentido de encarecer à Mesa que seja agilizada a feitura deste requerimento de informação, por duas razões: estavam presentes aqui na terça-feira passada alguns parlamentares da Câmara, os Deputados Aloizio Mercadante e José Dirceu. Eles assistiram à argüição, vamos dizer assim, do Sr. Ministro da Fazenda e ouviram, conseqüentemente a indagação que fiz a S. Exª Na última quinta-feira, antecipando-se até a uma providência mais modesta de minha parte, os referidos parlamentares requereram a presença, na Câmara dos Deputados, do Advogado-Geral da União para explicar esses pareceres. O meu pedido é mais modesto; o meu pedido se traduz num requerimento de informações.

O Ministro da Fazenda, aqui, na última terça-feira, disse: "Eu não sei deste assunto". É natural que não saiba, mas deve dele se inteirar, principalmente, Sr. Presidente e Srs. Senadores, porque aprovamos, na semana passada e por folgada maioria, a autorização para que o Governo crie mais um imposto.

Ora, se o Governo está autorizado a promover a criação, por lei complementar que o regulamentará, de um novo imposto, é porque está precisando de dinheiro. E aqui, muitos de nós, até contrariando o ditame inicial da nossa consciência, ajudamos a aprovar o chamado ajuste fiscal em função da realidade que o Governo nos apresentou.

Ora, se o Governo precisa de dinheiro, nós temos que tomar cuidado com a torneira que estaria sendo aberta, por esses pareceres que — segundo o jornalista Luís Nassif e segundo o jornal **Folha de S. Paulo,** numa matéria veiculada pela sucursal de Brasília, de responsabilidade da jornalista Regina Alvarez — podem representar um derrame, através dessa torneira, de dois bilhões e meio de dólares.

Isto é, se esses pareceres, por analogia, aproveitarem a todas as situações congêneres, o Governo estará abrindo mão de um ingresso da ordem de US$2,5 bilhões, ao mesmo tempo em que conclama o Congresso a aprovar a instituição de um imposto que, dizem os realistas, não renderá dois bilhões e meio de dólares neste ano.

Por isso, porque estamos na iminência de receber a lei complementar, é que quero enfatizar a necessidade de esse requerimento ser aprovado. Peço a V.Exª que seja deferido **ad referendum** da Mesa.

Repito, em relação a uma parte desse assunto, a Câmara dos Deputados já está tomando providências.

Segundo, se V.Exª pudesse deferir **ad referendum** da Mesa, se pudesse providenciar o encaminhamento imediato desta solicitação de informação e se a imprensa pudesse fazer chegar ao Ministério da Fazenda este clamor de esclarecimento, creio que ganharíamos tempo.

Por isso, ocupei este espaço e por essa razão sugiro, ou solicito, que este requerimento de informação seja por V. Exª aprovado **ad referendum** da Comissão Diretora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Nobre Senador Esperidião Amin, o Requerimento a que se refere V. Exª tomou o número 240 e tem a data de 11 de março. Comunico a V. Exª que, nesse mesmo dia 11 de março, o requerimento foi lido no plenário e despachado pela Mesa à Comissão Diretora.

Portanto, o apelo de V. Exª será encaminhado ao Sr. Presidente do Senado, que, amanhã, examinará o assunto.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — V. Exª tem a palavra, nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, como o Senador Esperidião Amin fez um pronunciamento no período de breves comunicações, não pude aparteá-lo. Quero, então, dizer que estou solidário com S. Exª ao fazer esse requerimento, porque temos que tomar conhecimento dessas questões.

Acho que o Congresso, quando tiver alguma dúvida, deve solicitar informações ao Executivo, principalmente em casos dessa natureza. Na realidade, temos que saber as razões que levaram a uma manifestação contrária da Procuradoria da Fazenda, quando o Advogado-Geral da União oferecia um parecer determinando a liberação desses recursos.

Mas isso faz com que me lembre, também, da necessidade de tomarmos precauções em nossas votações. Amanhã mesmo seremos chamados a votar uma matéria que é o primeiro item da pauta. Deveremos votar um substitutivo que determina sejam atendidas as reivindicações feitas pelos sindicatos, pelo Sindilegis, por exemplo, e não sabemos quanto isto implicará de despesa para o Tesouro. São 300 mil funcionários a serem atendidos por este substitutivo.

Peço ao Líder do PDS, ao líder do PMDB e ao líder do PDT — que estão presentes nesta Casa — que verifiquem bem esta questão, pois se votarmos favoravelmente ao referido substitutivo, não saberemos o quanto isto vai representar de despesa para os cofres do País.

Isso faz com que eu dê razão ao Senador Esperidião Amin, em face das preocupações de S.Exª com despesas do Tesouro, em nome de uma legislação que permite todos esses absurdos. São leis como essas, que têm esses "buracos" em que os advogados hábeis conseguem se introduzir e retirar recursos do Tesouro da União.

O Sr. Esperidião Amin — V. Exª está usando da palavra para uma explicação pessoal?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Não, não, estou falando como orador.

O Sr. Esperidião Amin — V. Exª me concede, então, um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Pois não. Com todo prazer, Senador.

O Sr. Esperidião Amin — A minha dúvida, Senador, era saber se V. Exª estava fazendo uma comunicação ou se estava usando a palavra como orador inscrito.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Estou usando da palavra como orador e dizendo que não o aparteei, porque V. Exª não estava falando como orador.

O Sr. Esperidião Amin — Mas, então eu posso aparteá-lo

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Pode, para felicidade minha.

O Sr. Esperidião Amin — O que gostaria de dizer a V. Exª, Senador Jutahy Magalhães, é que tenho a convicção de que aplaude a minha iniciativa, porque, juntos, já porfiamos nesse sentido em muitas outras questões. Juntos, desde que

aqui cheguei, porfiamos em torno da necessidade de assiduidade, de decisão, de amadurecimento dos projetos; já tecemos comentários convergentes a respeito da Lei nº 8.200, absolutamente convergentes, antes e depois da posse do Sr. Itamar Franco, já à época em que o Presidente era o Sr. Fernando Collor de Mello. Então não tenho dúvida alguma de que, neste caso, V. Exª compreende perfeitamente a dimensão qualitativa e quantitativa da minha indagação. O que desejo aduzir, de terça-feira da semana passada para cá, neste aparte, são duas circunstâncias. Primeiro, desde que aqui cheguei, tenho a preocupação quanto à renúncia de receita. Há um projeto de lei, de minha autoria, exigindo que incentivos fiscais, subsídios, créditos privilegiados, juros subsidiados, qualquer forma de renúncia de receita que a União faça, deva ser objeto de avaliação quanto ao custo/benefício. Essa é a primeira circunstância que quero relembrar. E a segunda é um pouco nebulosa para mim ainda. É a de que segundo o autor desses pareceres, o Sr. Raymundo Nonato Noronha está ou estaria demissionário. Eu não consegui, pela leitura dos jornais, chegar a uma conclusão, porque hoje há pelo menos um jornal publicando uma declaração, atribuída ao Sr. José de Castro, afirmando que se o Sr. Raymundo Noronha for demitido, ele sai junto. Outros jornais já dizem que ele pediu demissão, e outros dizem que ele foi demitido pelo Presidente Itamar Franco, do cargo de Corregedor-Geral na sexta-feira ou sábado passado. Quer dizer, essa circunstância político-administrativa que surge depois da apresentação de minha dúvida ao Ministro Eliseu Resende, depois da apresentação de meu requerimento, determina que eu busque acelerar a obtenção apenas do instrumento que nós temos, que é o do requerimento de informação. Mas agradeço, acima de tudo, a referência que V. Exª fez à minha preocupação, porque tenho a convicção, repito, de que V. Exª compreende, em toda sua dimensão, qualitativa e quantitativa, até pelo vulto das importâncias referidas, perfeitamente, o objetivo do meu requerimento. Agradeço a V. Exª pela sua manifestação.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Senador Esperidião Amin, V. Exª está sempre atento a essas questões. Por isso, considero que não é difícil estar com as mesmas preocupações e solidário às manifestações de V. Exª, pois tantas vezes estivemos juntos, aqui, abordando-as.

Considero que, no caso, o Procurador-Geral da Fazenda, na sua obrigação, no seu trabalho e no exercício da sua missão, deve defender acima de tudo o Tesouro Nacional, deve buscar na legislação atual, que tantos "furos" tem para que os advogados tentem obter recursos do Terouro, argumentos para defender o interesse da União, mostrando que são empresas que entram na Justiça em busca de vantagens indevidas para si próprias. Tenho acompanhado o desenrolar dos fatos pelos jornais, assim como V. Exª. Não sei a realidade, se houve ou não o afastamento do Dr. Raymundo Noronha, mas sei que, de qualquer maneira, está havendo a preocupação de se examinar essa questão com maior profundidade. No que concerne ao interesse da União, tenho certeza de que o Tesouro nacional tem advogados que estão trabalhando na sua defesa.

O segundo assunto que trago à consideração de V.Exªs diz respeito ao plebiscito e à questão interna do PT. Primeiramente, quero manifestar minha solidariedade ao Ministro Paulo Brossard pela preocupação com a propaganda que vem sendo veiculada através dos meios de comunicação.

O Código de Defesa do Consumidor deveria ser acionado, pois está havendo publicidade enganosa no horário gratuito. V. Exª, nobre Senador, deve ter tido a oportunidade de escutar, como eu, a propaganda eleitoral em defesa do presidencialismo: "Bota-se o Presidente, quem coloca retira". Ora, Sr. Presidente, sabemos a dificuldade que é para se retirar um Presidente da República. Não é apenas uma manifestação popular que retira o Presidente. No caso que passou não foi somente a manifestação popular, foram as provas abundantes de corrupção. Logicamente, a conscientização da população brasileira, que foi para a rua, e a manifestação dos jovens de cara pintada provocou, também, uma conscientização no Congresso.

Sr. Presidente, dizer que votar errado significa poder modificar, logo adiante, seu voto, não! Teremos que esperar, praticamente, cinco anos para podermos modificar o voto que demos errado para o Presidente da República. Essa publicidade enganosa não pode continuar.

Falou-se, aqui, que os artistas é que estão fazendo a propaganda. Não podemos, também, permitir que um artista de partido diga, na propaganda gratuita, que nenhum Parlamentar presta, que neste Congresso não existe Parlamentar em condições de governar este País.

Ora, Sr. Presidente, isso também é propaganda enganosa, mais do que enganosa, é injuriosa. Tudo leva a crer que hoje há uma conscientização maior no rumo do presidencialismo. Vamos aguardar o final desse período da propaganda, vamos esperar que as frentes parlamentaristas possam modificar o seu rumo. Como está, ninguém será conscientizado da realidade desse plebiscito. O que vai se fazer é adotar o seguinte raciocínio: eu quero o voto direto, então voto no presidencialismo, o voto é meu e ninguém pode tirá-lo, então voto no presidencialismo.

Esse não é o rumo que deve ser seguido numa propaganda que pretende levar ao povo brasileiro as linhas programáticas capazes de fazer com que ele se decida em favor de um regime ou de outro.

Por isso, Sr. Presidente, nessas poucas palavras, quero manifestar a minha solidariedade, também, ao Ministro Paulo Brossard, pelo que ele vem procurando fazer, quando leva ao conhecimento público um pouco da realidade.

O Sr. Magno Bacelar — Senador Jutahy Magalhães, V. Exª me concede um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Ouço V. Exª com prazer, Senador Magno Bacelar.

O Sr. Magno Bacelar — Nobre Senador Jutahy Magalhães, concordo com V. Exª quando se solidariza com o Ministro Paulo Brossard, pela maneira isenta com que ele está conduzindo ou tentando, no tempo do Tribunal Superior Eleitoral, esclarecer a população. Concordo também quanto ao nível da campanha, mas peço vênia para discordar quanto ao artista. Dá para entender que se trata do Presidente do meu partido.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Exª está dizendo que ele é o artista? Eu não o disse.

O Sr. Magno Bacelar — Não, V. Exª disse que artistas poderiam insultar o Congresso.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Não, é V. Exª que está afirmando.

O Sr. Magno Bacelar — Mas foi uma indução que não dava para dizer que não desconfiava. Com relação ao Congresso, não são palavras desse teor que se tem dito. O que

tem dito e ressaltado o Governador Leonel Brizola é que maus políticos existem em todos os lugares, e que no Congresso brasileiro, infelizmente também, como retrato da sociedade, existem maus e bons políticos, maus e bons Deputados e Senadores. Então há exceções — e honrosas exceções — que todos nós respeitamos; mas não se tem usado o tempo da televisão para tentar enganar o povo brasileiro com essas insinuações de que toda a classe política desmerece respeito. V. Exª, por exemplo, é um dos homens que dignificam esta Casa, a Bahia e o Brasil.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Quando se fala em parlamentarismo, fala-se também na obrigação que se tem de se fazer um plano que deve ser aprovado por uma maioria. Se V. Exª tomou conhecimento do chamado plano de governo apresentado na época das eleições pelo partido do Sr. Fernando Collor e por ele próprio pôde constatar que, no primeiro dia, ele fez exatamente o oposto daquilo que pregava durante a campanha. Se o regime fosse parlamentarista ele teria caído, porque para se escolher um primeiro-ministro tem que se escolher também, **a priori**, um plano de governo. Se esse plano não for levado na devida consideração pelo primeiro-ministro e seu gabinete, a Câmara pode derrubá-lo por estar fugindo aos seus compromissos.

Quando V. Exª diz que me referi à figura do Dr. Leonel Brizola, o problema é seu porque não citei nome algum. A todo instante aparecem pessoas na televisão, inclusive repórteres, indagando: "Estes homens podem eleger o primeiro-ministro?" O problema é colocar o Congresso como o grande eleitor contra, quem defender o Congresso não merece o voto do eleitor no plebiscito.

Daí por que quando se fala que o parlamentarismo vai ter o apoio do Congresso, vai ser formado através dele, vai dar-lhe força, então não se deve votar no parlamentarismo.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Nelson Carneiro — Estava em meu gabinete e ouvi a referência que V. Exª fazia à atitude do Ministro Paulo Brossard e vim aplaudi-lo. O fato de um homem público ser presidencialista ou parlamentarista não o inibe de, como juiz, ocupar a televisão para expor os diversos sistemas de governo, com a altitude, com a serenidade que o caracterizam. O Ministro Paulo Brossard, que tivemos a honra de ter aqui durante tantos anos como companheiro, merece todo o apreço da Nação. E a sua presença na televisão foi útil para esclarecer o povo, sem nenhum **parti pris**. Não é nem presidencialista, nem parlamentarista, nem monarquista, nem republicano, trata-se de um homem esclarecido, com a competência e a lucidez que sempre o caracterizaram. S. Exª veio dizer ao povo a respeito de cada um desses sistemas ou regimes. Portanto, V. Exª faz muito bem em ressaltar, aqui, a contribuição valiosa que o Ministro Paulo Brossard trouxe ao esclarecimento desse problema tão confuso que é a campanha do plebiscito no Brasil.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço o aparte de V. Exª, que veio dar testemunho — e V. Exª para tanto tem toda a autoridade — a respeito da posição do Ministro Paulo Brossard, acerca da explicação que S. Exª vem procurando transmitir através do programa do Superior Tribunal Eleitoral, após o horário gratuito da televisão.

Penso, como V. Exª declarou, que o Ministro Paulo Brossard tem todas as condições de expor esse pensamento, didaticamente — como vem fazendo — sem fazer com que se induza a população votar nesse ou naquele regime. Agradeço a manifestação de V. Exª

O Sr. Epitacio Cafeteira — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Ouço com prazer o nobre Senador Epitacio Cafeteira, que aqui sempre defende o presidencialismo e não pode deixar passar a oportunidade de fazer o seu proselitismo.

O Sr. Epitacio Cafeteira — Nobre Senador Jutahy Magalhães, V. Exª sabe que sou um dos seus admiradores. Na realidade, não me privo da amizade de V. Exª. Todavia tenho-lhe maior apreço, nunca tive a oportunidade de fazer parte do círculo de seus amigos. Entretanto, dou depoimento de que V. Exª é um dos homens mais representativos desta Casa. O nobre Senador usa sempre o microfone convencido daquilo que está dizendo, tentando convencer os outros. Quero dizer que conspira contra o parlamentarismo uma série de coisas. Ainda há pouco, em um aparte ao discurso do Senador Eduardo Suplicy, eu dizia que esse plebiscito não foi pedido pelo povo. Para que o desejo dos parlamentaristas de vencer esse plebiscito não seja logrado, estamos vivendo um problema sério: o problema da Itália. Tivemos num "presidencialismo imperial", como se diz no Brasil, que o Presidente acusado de corrupção foi por nós tirado. Bastou que o povo fosse para as ruas e o tiramos. Na Itália, a situação é de igual para pior, a tal ponto que os parlamentares chegaram a redigir um decreto para o Presidente da República assinar, anistiando os corruptos — nunca ouvi falar num negócio desses. O Presidente da República se recusou a anistiá-los. Isso não quer dizer que amanhã não saia um projeto de lei com essa anistia e tudo se resolva. Há ministros que se suicidaram, que renunciaram, mas o Gabinete continua de pé. Por conseguinte, o povo está assistindo a esses dois exemplos. Na realidade, isso conspira contra toda programação e todos os programas dos parlamentaristas. V. Exª disse que se procura no programa presidencialista — do qual não faço parte, não participei e não dei nenhuma sugestão — diminuir os parlamentaristas.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Nobre Senador, não disse que se procura diminuir os parlamentaristas, mas diminuir os Parlamentares.

O Sr. Epitacio Cafeteira — No programa do parlamentarismo há um artista gordinho, bem tratado, que relaciona Parlamentares — parlamentaristas, um por um. Depois diz: "E do lado de lá?" Aponta os dedos e diz que não tem ninguém. Para o referido artista, do nosso lado, não há ninguém. É bem verdade que pode até ser que os Parlamentares presidencialistas não sejam nomes tão importantes quanto os que ele cita, mas do lado de cá tem o povo, e isso é importante. Muito obrigado a V. Exª.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Nobre Senador Epitacio Cafeteira, esclareço a V. Exª que, em primeiro lugar, ele não cita os Parlamentares, não existem Parlamentares, eles não aparecem. É outra coisa. Isso não significa que não haja Parlamentares bons, corretos, sérios, defendendo a tese presidencialista. Na minha presença há dois presidencialistas e Parlamentares, considerados sérios e corretos, que trabalham em benefício dos seus Estados e do povo que os trouxe até aqui.

Nobre Senador Epitacio Cafeteira, não estou aqui a fazer proselitismo, primeiro, porque acredito que não adianta.

Creio que em nosso meio a convicção de cada um já está bem arraigada. Sempre considerei que, se quiséssemos fazer um plebiscito menos elitista — inegavelmente, a discussão do plebiscito está muito arraigada na elite e muito pouco difundida na população em geral — só poderíamos ter um plebiscito com a conscientização maior da população, se os meios de comunicação, se a mídia dele tomassem conhecimento e agissem como tal para divulgá-lo.

Não vejo na televisão, a não ser no horário gratuito, qualquer manifestação dirigida ou direcionada para esclarecer alguma coisa a respeito do plebiscito.

O Sr. Epitacio Cafeteira — Quero apoiar a citação de V. Exª e reafirmar o seu posicionamento. Plebiscito vem da manifestação da plebe, daqueles que não pertenciam às elites, não tinham, sequer, direitos de cidadania, mas o nosso plebiscito tem um artigo que diz que o analfabeto não precisa comparecer, o que elimina uma parte da plebe muito grande.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — O analfabeto não é um eleitor obrigatório e não tem obrigação de participar das eleições.

O Sr. Epitacio Cafeteira — Mas para se fazer sem ser um "elitiscito" deveria ser facultativo paratodo mundo; porém, só é facultativo para a plebe.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — É facultativo para o maior de 16 anos e para o analfabeto. Isso a Constituição Federal determina. Portanto, não há diferenciação.

Eu dizia que era preciso uma maior conscientização da mídia, principalmente da televisão e do rádio, que alcançam um maior número de brasileiro.

Quando observo que isso não ocorre, não concluo que se adianta pensar num plebiscito sem a população tomar conhecimento do seu significado real.

Senador Epitacio Cafeteira, vou lhe dizer o que já presenciei em minha casa. Em razão das ligações da minha auxiliar doméstica, a casa vive cheia de outras auxiliares domésticas de outros Senadores. Sabe qual é a discussão entre elas que já escutei? "Não voto no rei, porque vai voltar à escravatura".

Veja V. Exª como está "conscientizada" a massa.

É preciso mostrar que não há conscientização da população.

A discussão é muito elitista. Quando se fala em horário gratuito, espera-se que isso vá atingir um número maior de brasileiros, mas, como a propaganda gratuita não está direcionada para esclarecer a respeito do que é presidencialismo, monarquia e parlamentarismo — por qualquer razão não está bem direcionada nesse sentido — não está havendo uma conscientização para o voto.

Não há dúvida de que aquilo que já é conhecido — por pior que seja — é melhor do que o desconhecido.

O argumento de que o que aconteceu com o ex-Presidente Fernando Collor de Mello foi possível graças ao presidencialismo é um argumento falso. V. Exª me desculpe, mas esta foi a única vez em que se conseguiu afastar um Presidente da República.

Ao contrário, quantos gabinetes, nos países parlamentaristas, caíram em razão de denúncias muito menores do que aquelas ocorridas no período Collor? V. Exª cita a questão da Itália, onde vários ministros, dirigentes de instituições, de partidos políticos, já foram afastados.

Infelizmente, há algum tempo, tem havido eleições na Itália sem uma maioria consistente formada: um defeito que nós temos aqui, ou seja, um grande número de partidos políticos.

Mas V. Exª pode constatar que em todos os países do chamado Primeiro Mundo existe o parlamentarismo, com exceção dos Estados Unidos.

O Sr. Epitacio Cafeteira — Então, a monarquia seria válida, porque também nos países mais ricos do Primeiro Mundo existe a monarquia.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Há uma diferença, mesmo nesse sentido. Eu falo em parlamentarismo e presidencialismo. Na Europa, mesmo as monarquias são parlamentaristas.

O Sr. Epitacio Cafeteira — O que eu quis dizer foi que a Itália estava conspirando, porque pudemos ver, pela televisão, jogarem liras falsas em cima do Primeiro-Ministro. O Primeiro-Ministro foi vaiado no Senado, não conseguiu o voto de confiança. Aí ele ameaçou: "Vamos dissolver o Congresso". Todo o mundo aprovou.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Se isso daí fosse argumento, o que diríamos de nós mesmos, pois já jogaram dinheiro, não sei quantas vezes, das galerias, em cima dos Deputados? Veja V. Exª que há uma luta muita acirrada lá. Eu não conheço bem o problema da Itália, para saber quem tem ou não tem razão, não sei. Mas quando ocorrem fatos desse tipo, normalmente, o gabinete cai, como já caíram tantos gabinetes na Itália. Lá, a média de duração de um gabinete é bem baixa. Mas não é por isso que a Itália deixa de ser um dos cinco países mais desenvolvidos do mundo. As instituições italianas têm força. Não é em razão de divergências políticas, de crises políticas que o país deixa de se desenvolver; pelo contrário, nesta fase mais crítica, atual, a Itália passou de sexto para quinto lugar entre os países desenvolvidos.

Poderíamos discutir muito a esse respeito, mas o que quero lamentar é que não há, por parte da mídia nacional, uma conscientização da população para a votação do plebiscito no dia 21 de abril. Isto eu tenho que lamentar, porque é uma decisão muito séria, muito importante para o País e que, infelizmente, será realizada com absoluto desconhecimento das pessoas que serão consultadas.

Quero aplaudir o Ministro Paulo Brossard pela sua intenção e sua preocupação para que ocorra essa conscientização popular, e lamentar a ignorância da mídia a respeito dessa questão; a mídia está ausente deste pleito e não está levando à população os esclarecimentos necessários.

Sr. Presidente, eu gostaria de ter falado menos, mas os apartes me levaram a falar mais. Agradeço os apartes que me foram concedidos.

Era o que eu tinha dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aureo Mello.

O SR. AUREO MELLO (PRN-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, após ouvir o nobre Senador Jutahy Magalhães, não posso me furtar a dizer que as palavras do Sr. Leonel Brizola, na televisão, são muito convincentes. Ele fala claramente a respeito da ojeriza que certos grupos políticos têm, hoje em dia, com relação às eleições diretamente feitas pelo povo, à escolha de um presidente que venha a ser a expressão popular, justamente porque esses elementos são os famosos grupos que vêm dominando o Brasil há muito tempo: os oligopólios, os grupos financeiros que

mantêm os preços elevados e pouco estão se importando com a situação em que vive o povo, como a indústria do cimento, da informática, automobilística e tantas outras que oferecem produtos ruins a preços altos, combatendo a importação de bons produtos que podem ser vendidos a preços baixos, como iniciou o ex-Presidente Collor, imediatamente afastado do poder. Tudo em função da influência desses homens fortes, que não querem, de maneira nenhuma, ver encerrado esse ciclo nefasto das suas atividades no País.

Acho muito desagradável, inclusive, que se venha, continuamente, citar o ex-Presidente Collor como o centro e o pára-raios de todas as maldades existentes neste País. Recentemente estive no Rio de Janeiro e senti o desapontamento da população, uma grande parcela da população que até hoje cultua, homenageia e estima o ex-Presidente Collor, que, se for candidato a Deputado Federal, em qualquer Estado da Federação, será eleito de maneira esmagadora.

Essa forma de apreciar um presidente que apresentou um programa em nosso País é bastante injusta, inadequada, inclusive invadindo sua intimidade, sua domesticidade, pois a ninguém é dado o direito de estar esmiuçando a vida privada de ninguém.

Infelizmente, o ex-Presidente Collor, no seu calvário, vem agüentando isso, sobretudo partindo daquele energúmeno, maluco, que é seu irmão. Trata-se de uma situação singular, especial, na qual não se pode interferir.

Mas o que realmente me trouxe a esta tribuna, Sr. Presidente, foi a visita que fiz, no Rio de Janeiro, levado especialmente pelo secretário-geral da instituição, ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, ao qual pertencem nomes da maior expressão da sabedoria e da cultura em matéria de geografia e história. O Professor Geraldo Menezes mostrou-me todas as dependências, logo agora que o saudoso 1º Vice-Presidente da instituição vem de falecer, o Professor Arthur César Ferreira Moreira Reis. Confesso a V. Exª que fiquei impressionado com aquele Instituto.

Em primeiro lugar, o Instituto é proprietário de um edifício enorme, na esquina da Praça Paris, nas imediações da Augusto Severo; ocupa os andares superiores, em número de quatro ou cinco, e os demais ele aluga. O seu funcionamento no País já data — se não estou enganado — de mais de 100 anos. As preciosidades históricas, os documentos ali entesourados e que ajudam a perpetuar a memória brasileira, merecem referência numa Casa como esta, de representação dos Estados e do povo.

Por isso, Sr. Presidente, desejo congratular-me com a Presidência do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e, ao mesmo tempo, enaltecer esse organismo, pedindo a atenção do Ministério da Cultura e dos ministérios constituídos para o mesmo, visto ser um auxiliar e adjetivo a tudo aquilo que se tem conseguido no Brasil, em matéria de inteligência e de conhecimento histórico referente ao nosso brilhante passado.

Recentemente, o Professor Geraldo Menezes foi representar o Instituto num grande conclave internacional que se realizou em Madri, e informou-me ser hábito dos institutos históricos e geográficos mundiais a promoção desses eventos, em que cada país enumera e evidencia os fatos de grande importância, capazes de influir na época atual, advindos do acervo de instituições semelhantes.

Fiquei maravilhado, siderado até, com aquele Instituto, com aquelas salas, com aqueles tesouros, com aqueles móveis que traziam todo um passado brasileiro, subitamente, a nossa presença naquele instante, dando motivo de orgulho para todos nós, e evidenciando que este País, formado por homens de todas as raças, de todas as cores, tem um destino irreversível. O Brasil é como se fosse um gigante mecânico que caminha a passos de aço, ou de duro metal, na direção de um destino, que é o de primar entre as nações do Universo.

Nada irá desviar o caminho do Brasil. Podem vir os assédios de outros países, pode vir a má vontade de nações invejosas, podem surgir os alçapões, as armadilhas, as ciladas que, mesmo assim, o destino do Brasil está traçado — por assim dizer — pela conjuração dos fatos históricos do mundo.

E esta Pátria, com todo o ufanismo — assim o digo — caminha para uma destinação e um progresso que o seu povo já desfruta e há de desfrutar de maneira mais satisfatória. Até o pessimismo arraigado, que diz que as coisas estão ruins com grandes possibilidades de piorar, é um estímulo e faz parte daquele desejo de que o País progrida, avance e que, estando ruim, melhore cada vez mais.

A pobreza do nosso povo talvez seja uma vocação oriunda da nossa dimensão territorial, mas, na medida em que a instrução e a educação forem sendo implantadas no coração do povo, este sorriso que, apesar de tudo, existe e se manifesta nas atividades dos operários, nas atividades dos que constróem e edificam, alargar-se-á e aprofundar-se-á, porque o Brasil, realmente, está vinculado ao sobrenatural e ao colar dos estelares criado pelo grande mistério.

As minhas congratulações, portanto, Sr. Presidente, ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil. Já o conhecia através de correspondência , no momento em que, como simples Deputado Federal, apresentei proposição mudando a denominação do então Território Federal do Guaporé para Rondônia; projeto este de minha autoria que se converteu em lei e hoje é também irreversível, porque o nome de Rondônia coroou uma justa e, até mesmo, eufônica e brasileira homenagem ao Marechal Rondon, porquanto o nome de Guaporé era um nome boliviano e não combinava, talvez, com a nossa gloriosa terra e até o nosso modo de falar.

Concluindo, Sr. Presidente, o Instituto Histórico e Geográfico encontrará, de minha parte, neste Senado, dentro das modestas possibilidades de que sou portador como Senador da República, todo o apoio, todo o acatamento de esforço, tudo o que for possível, para que ele prossiga com as suas sessões regulares, com a admissão dos seus nomes aureolados e constelados, e venha a ser mantido sempre, ao lado da nossa Academia Brasileira de Letras, como uma coluna mestra da cultura e do próprio pensamento em geral deste País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PMDB-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs Srs. Senadores, faleceu, na semana passada, no Rio de Janeiro, um dos melhores quadros da vida pública fluminense. Refiro-me ao Dr. Renato Padilha, que encerrara recentemente, entre aplausos gerais, sua operosa administração à frente da Prefeitura de Santo Antonio de Pádua, sob a legenda do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Membro de tradicional família, a que tanto deve o povo daquele município, seu sepultamento serviu, pela multidão

que o acompanhou e o pesar que o caracterizava, como a ratificação do prestígio do saudoso líder político.

Era o registro que desejava fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PFL-RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a previdência complementar, em especial aquela constituída pelos *fundos de pensão criados e geridos à sombra das empresas* estatais, voltou a ser alvo de pesadas denúncias por parte da imprensa brasileira.

O bombardeio, desta feita, foi detonado pelo jornal **O Globo**, em sua edição de 22 de fevereiro próximo passado, ao comentar declarações recentes do Ministro da Previdência, Deputado Antonio Britto, em torno das medidas que o Governo estaria prestes a adotar, com vistas ao saneamento dos fundos de pensão.

Em foco, sobretudo, os desmandos dessas entidades previdenciárias, que hoje estariam financiando, com dinheiro público, privilégios e mordomias dos funcionários das empresas estatais.

Engrossando a atoarda, os demais órgãos de imprensa também dedicaram largos espaços de suas folhas a remexer escândalos e a revelar irregularidades que têm ocorrido nas administrações de tais fundos previdenciários.

Tenho para mim que é um dever do parlamentar dar atenção a denúncias como essas. Mas, é igualmente recomendável que; ao fazê-lo, sejamos prudentes e isentos, fomentando antes a busca das soluções do que a exacerbação maledicente dos problemas.

O lado obscuro e chocante dos fatos que geram manchetes parece exercer fascínio irresistível sobre a imprensa hodierna. Todavia, essa opção preferencial pelo pior, ou seja pela face escabrosa de fatos e cousas, incorre em notórios inconvenientes. Desgasta a sensibilidade das pessoas; tornam-nas, pouco a pouco, incapazes de atribuir às cousas a justa e devida importância; convertem-nas em criaturas apáticas e indiferentes ante situações que, na verdade, deveriam comovê-las e movê-las.

Por outro lado, essa busca incontida do pior pela mídia moderna gera na sociedade um pessimismo generalizado em relação a tudo e a todos, inclusive à própria imprensa.

Creio, porém, que o efeito mais danoso dessa tendência é que, desvendando preferencialmente a face perversa dos fatos, ela acaba por induzir os desprevenidos a uma visão deformada dos acontecimentos.

Feitas essas ponderações, que me são sugeridas pela prudência e pelo senso crítico, devo dizer que tais denúncias atraíram minha atenção, tanto assim que, hoje, me dispus a abordar o problema dos fundos de pensão. Ao fazê-lo, é claro, buscarei examinar tanto os contornos positivos da previdência complementar, quanto seus desvios e distorções.

Afinal, o que mais importa é escoimar esses vícios para que os fundos de pensão possam ampliar os grandes serviços que prestam e poderão prestar, ainda, ao País.

Existem, hoje, no Brasil, 262 entidades fechadas de previdência privada — também denominadas fundos de pensão. O patrimônio global dessas entidades atinge os US$23 bilhões, cerca de 5% do Produto Interno Bruto, e registra um crescimento substancial no segmento privado da economia.

Com efeito, em 1983, os fundos vinculados a empresas estatais somaram 88. Hoje, representam 105. Já os fundos ligados ao setor privado experimentaram um crescimento de 186% nos últimos 10 anos, saltando de 50, em 1983, para 143, em 1993, superando, portanto, numericamente, as entidades de vínculo estatal.

Segundo estimativas do atual secretário de Previdência Complementar, Renato Prates Menegati, o capital acumulado dessas entidades deverá atingir, nos próximos cinco anos, a expressiva cifra de US$100 bilhões.

Escusado será enfatizar a enorme importância desses fundos para a economia brasileira, seja como fonte de recursos de investimentos, seja como instrumento de complementação previdenciária para expressiva parcela de assalariados e respectivas famílias.

Concentrando e canalizando poupança financeira, acumulando um patrimônio tão volumoso, os fundos desempenham um papel altamente positivo, constituindo, hoje, é bom sublinhar, uma das raras fontes de recursos com que conta o País para financiar o seu desenvolvimento.

Por todos esses motivos, Sr. Presidente, não custa inferir o quanto a saúde institucional e a boa reputação dessas entidades são importantes para o desempenho da economia. Quando, por conseguinte, denúncias da imprensa trazem à tona os desmandos e as prevaricações de algumas dessas entidades, o que há de prevalecer não será a volúpia da malhação, mas o zelo pela preservação de tais entidades que, como vimos, ostentam incalculável dossiê de bons serviços prestados à economia do País.

Isso dito, cabe-nos examinar o reverso da medalha, vale dizer, as deformações que vêm prosperando em várias dessas instituições, notadamente em algumas vinculadas a empresas estatais. Dentre essas prevaricações, as mais corriqueiras são as enumeradas abaixo:

— administrações incompetentes e predadoras;

— má aplicação de recursos;

— investimentos irregulares;

— desvio de recursos para favores pessoais;

— utilização política do dinheiro;

— contribuições excessivas das estatais aos fundos de pensão;

— operações fraudulentas no mercado de ações, evidenciadas seja na compra de papéis a preços acima do mercado, seja na venda desses mesmos papéis a preços inferiores aos de sua cotação no mercado, quase sempre com enormes prejuízos para os fundos;

— cálculos atuariais malfeitos, que acabam por comprometer o patrimônio das carteiras;

— concessão de empréstimos a grupos de pessoas, sem cobrança da correção monetária;

— não-pagamento de contribuição pela empresa patrocinadora;

— desvio de recursos públicos para sustentar privilégios e mordomias dos funcionários das empresas estatais. A propósito, a reportagem de **O Globo**, citada anteriormente, relembra que os mais de 100 mil funcionários do Banco do Brasil dispõem, em todo o País, de 1.500 clubes de lazer, as AABB (Associação Atlética do Banco do Brasil); segundo a matéria em apreço, até o ano passado esses clubes eram construídos com recursos do Banco, sem falar nos 62 funcionários postos à disposição para trabalhar nos citados clubes; situação semelhante repete-se na ASBAC (Associação dos Servidores do Banco Central) seja na sede do clube, em Brasília, seja em suas 10 regionais espalhadas pelo País;

É óbvio que tais distorções acarretam sérias conseqüências para os fundos de pensão das empresas estatais (113 ao todo).

Estas, conforme já detectara o ex-ministro Reynhold Stephanes, apresentam sinais de que passam por sérios problemas financeiros, o que se evidencia nos déficits vultosos que ostentam.

Os 113 fundos em causa dispõem, no conjunto, de um patrimônio avaliado em US$16 bilhões e o rombo neles verificado é estimado em US$4 bilhões. É bom frisar que não se trata de déficit de caixa e sim de reserva, isto é, um déficit que poderá impedir, no longo prazo, o pagamento dos benefícios e vantagens contratados com os participantes. Dentre os fundos em situação deficitária, destacam-se, em primeiro lugar, o Petros, patrocinado pela Petrobrás, cujo déficit é avaliado em US$2 bilhões.Em segundo, o Funcef, vinculado à Caixa Econômica Federal, com um déficit estimado de US$1.4 bilhão. Nem mesmo o Centrus, fundo patrocinado pelo Banco Central, foge a essa situação, já que registra um déficit estimado em US$65 milhões.

Não há, portanto, como negar nem minimizar o quadro de problemas vivido pelos fundos de pensão. Também não se deve ignorar que esse quadro começou a ser revertido, já na gestão do Ministro Reynholds Stephanes, mediante severas medidas de controle e fiscalização. Estas, longe de serem abandonadas pelo atual Ministro Antônio Britto, foram por ele reforçadas, devendo, ao que tudo indica, atingir plena eficácia com novas medidas, cujo escopo precípuo será o de intensificar a fiscalização dos fundos e aprimorar os ordenamentos legais que regulam suas atividades.

Esse louvável esforço governamental em sanear a previdência complementar ficou comprovado com o regime de administração especial a que foram submetidos 16 fundos, dos quais apenas 2 são privados. Seis desses fundos acham-se em liquidação extrajudicial; sete encontram-se sob intervenção federal e três estão sendo submetidos ao acompanhamento de uma diretoria fiscal.

Ante tudo o que, até aqui, foi exposto, Sr. Presidente, impõe-se concluir que, embora grave e vultoso o repertório de problemas apresentados pelos fundos de pensão, estes serão rapidamente extirpados, desde que as autoridades responsáveis pelo setor assumam a decisão política de debelá-los e adotem, com firmeza, as medidas saneadoras, sem medo de contrariar arraigados privilégios.

Tudo faz crer que a atual administração não recuará ante os percalços que, forçosamente, haverá de enfrentar. Sua tarefa saneadora será, de resto, bastante facilitada, pelos estudos e levantamentos concluídos na administração anterior.

O ex-ministro Reynholds Stephanes, em artigo publicado no **Estado de S. Paulo,** em 19 de fevereiro próximo passado, resume em 7 as medidas, segundo ele, aptas a reprimir as irregularidades, a evitar a ocorrência de déficits, bem como a coibir "o privilegiado repasse de recursos da sociedade para as corporações de servidores públicos e empregados das estatais". Cito-as, na íntegra, Sr. Presidente, porque elas concorrem para a plena elucidação dos problemas que assolam os fundos de pensão:

1) Restringir a contribuição das patrocinadoras aos valores pagos por servidores ou empregados, rebaixando-se a relação de dois por um, em média, para um por um.

2) Proibir a concessão de reajustes às aposentadorias e pensões superiores aos previstos nos planos de benefícios vigentes.

3) Os benefícios de prestação continuada, somados aos devidos pela Previdência Social, não podem ter valor superior ao maior salário de participação de cada beneficiário nos últimos 12 meses, acrescidos de 25%.

4) As propostas de alterações nos planos de benefícios das patrocinadoras devem ser submetidas à aprovação prévia do Ministério da Previdência Social.

5) O Conselho de Gestão da Previdência Complementar passa a ter a competência de regulamentar as aplicações financeiras eliminando-se a possibilidade de utilização das reservas como instrumento de política monetária.

6) O Conselho não pode determinar aplicações compulsórias de reservas, que passam a ser feitas livremente pelos fundos, desde que um único tipo de aplicação não absorva mais do que 40% do valor total das reservas.

7) Para melhor controle dos fundos, sugerimos que os órgãos de administração, consultoria e fiscalização tenham uma composição paritária de patrocinadores e beneficiários, além de publicarem balanços detalhados para conhecimento de seus associados.

Não faz muito, Sr. Presidente, Srs. Senadores, pronunciei-me, nesta tribuna, sobre a situação instável dos Bancos Oficiais e das empresas estatais, em geral. Na oportunidade, referindo-me aos déficits e às ineficiências dessas empresas, assim me expressei:

> "É que os governos não conseguem fazer negócios sem casá-los com a política. Ora, desse conúbio incestuoso, nascem, quase sempre, rebentos espúrios tais como empreguismo, a barganha, a improdutividade, o desperdício, a corrupção, o achego irresponsável às fontes do Tesouro, o abandono das prioridades sociais e muitos outros.
>
> É essa prole voraz e insustentável que exaure os recursos públicos...".

Saltam aos olhos as semelhanças entre as mazelas que afligem as estatais e as que depauperam os fundos de pensão. Nem pudera ser diferente, tal a estreiteza dos vínculos que unem as entidades patrocinadoras às entidades patrocinadas.

A primeira medida saneadora que, portanto, se impõe, neste caso, é o afrouxamento desses laços, que funcionam como vasos comunicantes, por onde fluem os recursos indevidos da entidade pública para a entidade privada, e desta, para o ralo das destinações escabrosas.

Apoiamos, em seguida, toda e qualquer providência que tenha como objetivo eliminar as permissividades da legislação que rege os fundos; imprimir transparência em suas operações, bem como apertar o cerco fiscal em torno das administrações dessas entidades fechadas de previdência privada.

Obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1993 (nº 3.520/93, na Casa de origem), de iniciativa

do Presidente da República, que dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão sem vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, ao Regime Geral de Previdência Social e dá outras providências, tendo

— Pareceres, proferidos em Plenário, Relatores:

— Senador Bello Parga, favorável, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; e

— Senador Cid Sabóia de Carvalho, favorável, nos termos de Substitutivo que apresenta, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 236, de 1993, de preferência para votação do Substitutivo sobre o Projeto)

— 2 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 10, DE 1993

(Em Regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 10, de 1993, de autoria do Senador Magno Bacelar e outros Senhores Senadores, que dá nova redação ao art. 2º da Resolução nº 32, de 1991, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, Relatores:

— Senador João Calmon, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável; e

— Senadora Júnia Marise, em substituição à Comissão Diretora, favorável.

— 3 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 1992 — COMPLEMENTAR

(Em Regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1992 — Complementar)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1992 — Complementar (nº 71/89, na Casa de origem), que dispõe sobre o processo judicial de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária. (Dependendo de Parecer).

— 4 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 1992 — COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1992 — Complementar)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1992 — Complementar, de autoria do Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, de imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social. (Dependendo de Parecer).

— 5 —

OFÍCIO Nº S/17, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

Ofício nº S/17, de 1993, através do qual a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro solicita autorização para emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro Municipal (LFTM-Rio), para os fins que especifica. (Dependendo de Parecer)

— 6 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 1991 — COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13,d e 1991 — Complementar (nº 223/90-Complementar, na Casa de origem), que regulamenta o / 2º do art. 171 da Constituição Federal, dispondo sobre a edição e o processo legislativo das medidas provisórias previstas no art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências, tendo

— Pareceres, sob nºs 49 e 88, de 1991, da Comissão

— de Constituição, Justiça e Cidadania, 1º pronunciamento: favorável ao Projeto, com as Emendas de nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: contrário às Emendas de nºs 5 a 17, de Plenário.

— 7 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 1991

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1991 (nº 7.127/86, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre águas subterrâneas, define critérios de outorga de direitos de seu uso e dá outras providências, tendo

— Parecer, sob nº 474, de 1992, da Comissão

— de Serviços de Infra-Estrutura, favorável com as Emendas de nºs 1 a 5 que apresenta.

— 8 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 393, DE 1991 — COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 393, de 1991-Complementar, de autoria do Senador Moisés Abrão, que altera a redação do § 2º do art. 2º e do parágrafo 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeirode 1975, tendo

Parecer favorável, sob nº 370, de 1992, da Comissão

— de Assuntos Econômicos.

— 9 —

REQUERIMENTO Nº 204, DE 1993

Votação, em turno único, do Requerimento nº 204, de 1993, do Senador Cid Sabóia de Carvalho, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo do Jornalista Carlos Chagas, intitulado "O preconceito do Sul contra Paes de Andrade", publicado no Jornal Tribuna da Imprensa, edição de 24 de fevereiro de 1993.

— 10 —

REQUERIMENTO Nº 205, DE 1993

Votação, em turno único, do Requerimento nº 205, de 1993, de autoria do Senador Amir Lando, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 114 e 131 de 1992, e do Projeto de Lei do Senado nº 344, de 1991, por se tratar de matérias que versam sobre o mesmo assunto.

— 11 —

PARECER Nº 12, DE 1993

Votação, em turno único, do Parecer nº 12, de 1993, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre recur-

so interposto pelo Sendaor Cid Sabóia de Carvalho contra a decisão tomada pela Presidência desta Casa por ocasião da votação do destaque para a rejeição do inciso IV e § 2º do art. 37 do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1991.

— 12 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 1991

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição 23, de 1991 (45/91, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao art. 16 da Constituição Federal, tendo

Parecer favorável, sob nº 24, de 1992, da

— Comissão Temporária.

— 13 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 1992

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1992 (nº 815/91, na Casa de origem), que autoriza o Instituto Nacional de Seguridade Social — INSS a doar à Cooperativa Habitacional dos Servidores do Ministério da Previdência e Assistência Social, no Estado da Bahia, o terreno que menciona, tendo

— Parecer, sob nº 483, de 1992, da Comissão

— de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, com Emendas de nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

— 14 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 230, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 230, de 1991, de autoriado Senador Dario Pereira; que autoriza o uso do gás natural como combustível para veículos automotores destinados ao uso no transporte urbano de passageiros, na segurança pública e no atendimento hospitalar tendo,

Parecer proferido em Plenário, Relator: Senador Teotônio Vilela Filho, favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta.

— 15 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 157, DE 1992

Discussão e votação da retificação encaminhada pela Câmara dos Deputados, através do Ofício nº 84, de 1993, do Presidente daquela Casa, solicitando seja incluído no texto do Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 1992, após o inciso V do art. 1º, o seguinte inciso VI, renumerando-se os demais:

"VI — Ministro de Estado da Previdência Social".

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 35 minutos.)

ATOS DO PRESIDENTE

Nº 178, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990, no Ato da Comissão Diretora nº 01, de 1991, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004.304/93-4, resolve:

Exonerar, a pedido, EDGARD LINCOLN DE PROENÇA ROSA do cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, do Gabinete do Senador Jutahy Magalhães, a partir de 4 de março de 1993.

Senado Federal, 15 de março de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Nº 179, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990, no Ato da Comissão Diretora nº 01, de 1991, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003.469/93-0, resolve:

Nomear RUBENS AMADOR JUNIOR, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, Código AS-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Dirceu Carneiro.

Senado Federal, 15 de março de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Nº 180, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no artigo 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990, no Ato da Comissão Diretora nº 01, de 1991, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003.242/93-5, resolve:

Manter JOSÉ RODRIGUES CARNEIRO CAMPELLO NETO, no cargo, em comissão, de Assessor Técnico, Código AS-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Terceira Secretária, Senadora Júnia Marise, a partir de 2 de fevereiro de 1993.

Senado Federal, 15 de março de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Nº 181, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.403/93-5, resolve:

Aposentar, voluntariamente, GERALDO ANSELMO DO NASCIMENTO, Técnico Legislativo, Área de Artesanato, Classe "Especial", Padrão V, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea c, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, e artigo 11 da Resolução (SF) nº 87, de 1989, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 15 de março de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Nº 182, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato

da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.691/93-0, resolve:

Aposentar, voluntariamente, ROSALVO GONÇALVES PINTO, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo de Assessor Legislativo — DAS-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal — Parte Especial, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea **a**, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com o artigo 11 da Resolução (SF) nº 87, de 1989, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 15 de março de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Nº 183, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 001892/93-2, resolve:

Alterar o Ato desta Presidência nº 352, de 1991, publicado no **DCN**, Seção II, de 26 de março de 1991, para manter aposentado o servidor NÍSIO EDMUNDO TOSTES RIBEIRO, *Analista Legislativo, Área de Processo Legislativo*, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal do Senado Federal — Parte Permanente, no cargo, em comissão, de Diretor da Secretaria de Serviços Especiais, código SF-DAS-101.5, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 67, 186, inciso III, alínea **a**, e 193, todos da Lei nº 8.112, de 1990, e artigos 517, inciso I, e 524, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, bem assim com o artigo 11 da Resolução SF nº 87, de 1989, com proventos integrais do cargo, em comissão, de Diretor da Secretaria de Serviços Especiais, código SF-DAS-101.5, a partir de 1º de setembro de 1992, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 15 de março de 1993. — Senador**Humberto Lucena**, Presidente do Senado Federal.

Nº 184, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o disposto na Resolução SF nº 130, de 1980, e no que consta do Processo nº 003.197/93-0, resolve:

Alterar o Ato nº 625, de 1991, para que JOÃO CARLOS DO REGO RODRIGUES, ocupante do cargo, em comissão, de Assessor Técnico, código AS-3, passe a ter lotação e exercício no Gabinete do Líder do PDT, Senador Magno Bacelar.

Senado Federal, 15 de março de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Nº 185, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 001.945/93-9 resolve:

Alterar o Ato desta Presidência nº 012, de 1991, publicado no **DCN**, Seção II, de 30 de janeiro de 1991, para manter aposentado o servidor MOISES JULIO PEREIRA, Analista Legislativo, Classe Especial, padrão V, do Quadro de Pessoal do Senado Federal — Parte Permanente, no cargo, em comissão, de Diretor da Subsecretaria de Serviços Gerais, código SF-DAS-101.3, nos termos do art. 40, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 67, 186, inciso III, alínea **a**, e 193, todos da Lei nº 8.112, de 1990, e arts. 517, inciso I, e 524, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, bem assim com o art. 11 da Resolução SF nº 87, de 1989, com proventos integrais do cargo, em comissão, de Diretor da Subsecretaria de Serviços Gerais, código SF-DAS.101.3, a partir de 1º de setembro de 1992, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 15 de março de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente do Senado Federal.

Nº 186; DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.641/93-3, resolve:

Aposentar, voluntariamente, ROGÉRIO COSTA RODRIGUES, Analista Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 186, inciso III, alínea**a**, 193 e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, e art. 11, da Resolução (SF) nº 87, de 1989, bem assim com as vantagens da Resolução (SF) nº 21, de 1980, com proventos integrais, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 15 de março de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Nº 187, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no art. 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990, e do Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004.237/93-9, resolve:

Rescindir, a partir de 5 de março de 1993, o contrato de trabalho, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, de MARCELO PAGLIUSI CHAVES, do emprego de Assessor Técnico, do Gabinete do Líder do PSDB, Senador Mário Covas.

Senado Federal, 15 de março de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Nº 188, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, de acordo com o disposto no art. 243, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990, e do Ato da Comissão Diretora nº 1, de 1991, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004.167/93-7, resolve:

Rescindir, a partir de 1º de março de 1993, o contrato de trabalho, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis

do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, de JOÃO CARLOS BACELAR BATISTA, do emprego de Assessor Técnico, do Gabinete do Senador Ruy Bacelar.

Senado Federal, 15 de março de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Nº 189, DE 1993

O Presidente do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 001.995/93-6 resolve:

Alterar o Ato desta Presidência nº 107, de 1991, publicado no **DCN**, Seção II, de 31 de janeiro de 1991, para manter aposentado o servidor EDUARDO JORGE CALDAS PEREIRA, Analista Legislativo, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal do Senado Federal — Parte Permanente, no cargo, em comissão, de Diretor, código SF-DAS-101.5, nos termos do art. 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 67,186, inciso III, alínea c, e 193, todos da Lei nº 8.112, de 1990, e arts. 517, inciso I, 520 e 524, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, bem assim com o art. 11 da Resolução SF nº 87, de 1989, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, correspondentes à razão de 30/35 avos (trinta, trinta e cinco avos), calculados com base no cargo, em comissão, de Diretor, código SF-DAS 101.5, a partir de 1º de setembro de 1992, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 15 de março de 1993. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente do Senado Federal.

DESPACHO

Processo nº 0050/93-8
Assunto: Aditamento a contrato

Homologo o aditamento de 25% (vinte e cinco por cento) ao contrato original de fornecimento de 400.000 (quatrocentos mil) pães, firmado em 28-2-92,com a firma Panificadora Paulista Ltda., através do Convite nº 8/92, Atividade 0100700232025-0001 — Manutenção do Centro Gráfico do Senado Federal, Natureza 34903018, Empenho 92NE000154, no valor de Cr$100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), com base no Parecer nº 027/93, favorável, da Assessoria Jurídica, nos termos do parágrafo 1º do inciso II do art. 55 do Decreto-Lei nº 2.300/86.

Brasília, 15 de março de 1993. —**Agaciel da Silva Maia**, Diretor Executivo.

MESA

Presidente

Humberto Lucena – PMDB – PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues – PSDB PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias – PTB – MS

1º Secretário

Júlio Campos – PFL – MT

2º Secretário

Nabor Júnior – PMDB – AC

3º Secretário

Júnia Marise – PRN – MG

4º Secretário

Nelson Wedekin – PDT – SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia – PDT – RN
Lucídio Portella – PDS – PI
Beni Veras – PSDB – CE
Carlos Patrocínio – PFL – TO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Pedro Simon

LIDERANÇA DP PMDB

Líder

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Cid Sabóia de Carvalho
Garibaldi Alves Filho
José Fogaça
Ronaldo Aragão
Mansueto de Lavor

LIDERANÇA DO PSDB

Líder

Mário Covas

Vice-Líder

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PFL

Líder

Marco Maciel

Vice-Líderes

Elcio Álvares
Odacir Soares

LIDERANÇA DO PSDB

Líder

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB

Líder

Louremberg Nunes Rocha

Vice-Líderes

Valmir Campelo
Jonas Pinheiro

LIDERANÇA DO PDT

Líder

Magno Bacelar

LIDERANÇA DO PRN

Líder

Ney Maranhão

Vice-Líder

Aureo Mello

LIDERANÇA DO PP

Líder

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PDS

Líder

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDC

Líder

Epitácio Cafeteira

LIDERANÇA DO PT

Líder

Eduardo Suplicy

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA _ CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Nelson Carneiro
Vice-Presidente: Maurício Corrêa

Titulares	Suplentes
PMDB	
Amir Lando	Wilson Martins
Antonio Mariz	Aluizio Bezerra
Cid Sabóia de Carvalho	César Dias
José Fogaça	Garibaldi Alves Filho
Mansueto de Lavor	Divaldo Suruagy
Nelson Carneiro	Nabor Júnior
Pedro Simon	Ronaldo Aragão
Alfredo Campos	João Calmon
PFL	
Josaphat Marinho	Henrique Almeida
Francisco Rollemberg	Hydekel Freitas
Carlos Patrocínio	Júlio Campos
Odacir Soares	Lourival Baptista
Elcio Álvares	Meira Filho
PSDB	
Eva Blay	Chagas Rodrigues
Jutahy Magalhães	Teotônio Vilela Filho
Beni Veras	Almir Gabriel
PTB	
Luiz Alberto	Vaga cedida p/ o PST (°)
Valmir Campelo	Louremberg Nunes Rocha
PDT	
Magno Bacelar	Pedro Teixeira
PRN	
Júnia Marise	Áureo Mello
PDC	
Amazonino Mendes	Moisés Abrão
PDS	
Esperidião Amin	Jarbas Passarinho
PSB + PT	
José Paulo Bisol	Eduardo Suplicy
PST	
	Enéas Faria (°)

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes – Ramais 3972 e 3237
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ramal 4315

(°) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS _ CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)
Presidente: Almir Gabriel
Vice-Presidente: Francisco Rollemberg

Titulares	Suplentes
PMDB	
Amir Lando	Alfredo Campos
Antonio Mariz	Flaviano Melo
César Dias	Irapuan Costa Júnior
Cid Sabóia de Carvalho	José Fogaça
Divaldo Suruagy	Mansueto de Lavor
Garibaldi Alves Filho	Nabor Júnior
Wilson Martins	Nelson Carneiro
João Calmon	Roana Tito
Ronaldo Aragão	Pedro Simon
Onofre Quinan	Coutinho Jorge (°)
PFL	
João Rocha	Dario Pereira
Guilherme Palmeira	Álvaro Pacheco
Odacir Soares	Bello Parga
Hydekel Freitas	Meira Filho
Carlos Patrocínio	Lourival Baptista
Francisco Rollemberg	Elcio Álvares
PSDB	
Almir Gabriel	Mário Covas
Beni Veras	Teotônio Vilela Filho
Jutahy Magalhães	Eva Blay
PTB	
Marluce Pinto	Valmir Campelo
Vaga cedida p/ o PST(°)	Luiz Alberto
Jonas Pinheiro	Levy Dias
PDT	
Lavoisier Maia	Nelson Wedekin
Pedro Teixeira	Magno Bacelar
PRN	
Ney Maranhão	Vago
Áureo Mello	Albano Franco
PDC	
Epitácio Cafeteira	Amazonino Mendes
PDS	
Lucídio Portella	João França
PSB + PT	
Eduardo Suplicy	José Paulo Bisol
PST	
Enéas Faria (°)	

Secretário: Luiz Cláudio de Brito – Ramais 3515/16
Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.
Local: Sala das Comissões, Anexo das Comissões – Ramal 3652

(°) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: Raimundo Lira
Vice-Presidente: Ruy Bacelar

Titulares	Suplentes
PMDB	
(Vaga cedida para o PT)	Amir Lando
Aluizio Bezerra	Antonio Mariz
César Dias	Cid Sabóia de Carvalho
Mansueto de Lavor	Divaldo Suruagy
Nabor Júnior	Wilson Martins
José Fogaça	João Calmon
Roana Tito	Onofre Quinan
Ruy Bacelar	Pedro Simon
Ronaldo Aragão	Humberto Lucena
PFL	
Guilherme Palmeira	Odacir Soares
Meira Filho	Bello Parga
Raimundo Lira	Júlio Campos
Henrique Almeida	Álvaro Pacheco
Dario Pereira	Élcio Álvares
João Rocha	Josaphat Marinho

PSDB	
Mário Covas	Fernando H. Cardoso (*)
José Richa	Almir Gabriel
Beni Veras	Chagas Rodrigues
PTB	
Affonso Camargo	Louremberg Nunes Rocha
Valmir Campelo	Jonas Pinheiro
Levy Dias	Mariuce Pinto
PDT	
Nelson Wedekin	Darcy Ribeiro
Lavoisier Maia	Pedro Teixeira
PRN	
Júnia Marise	Vago
Albano Franco	Ney Maranhão
PDC	
Moisés Abrão	Gerson Camata
PDS	
Esperidião Amin	Jarbas Passarinho
PT	
Eduardo Suplicy	

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho
Ramais: 3515/3516/4354/3341.
Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Ramal 4344

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL _ CRE

(19 Titulares e 19 Suplentes)
Presidente: Irapuan Costa Júnior
Vice-Presidente: Lourival Baptista

Titulares	Suplentes
PMDB	
Aluizio Bezerra	Antonio Mariz
Irapuan Costa Júnior	Flaviano Melo
Nelson Carneiro	João Calmon
Pedro Simon	José Fogaça
Ronaldo Aragão	Nabor Júnior
Ronan Tito	Ruy Bacelar
Humberto Lucena (*)	
PFL	
Marco Maciel	Francisco Rollemberg
Guilherme Palmeira	Josaphat Marinho
Lourival Baptista	Raimundo Lira
Álvaro Pacheco	Hydekel Freitas
PSDB	
José Richa	Jutahy Magalhães
Chagas Rodrigues	Eva Blay
PTB	
Jonas Pinheiro	Levy Dias
Mariuce Pinto	Valmir Campelo
PDT	
Pedro Teixeira	Darcy Ribeiro
PRN	
Albano Franco	Júnia Marise
PDC	
Moisés Abrão	Epitácio Cafeteira
PDS	
Jarbas Passarinho	Lucídio Portella
PSB + PT	
Vaga cedida para o PMDB (*)	Vago

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos
Ramais: 3496 e 3497
Reuniões: Quintas-feiras, Às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ramal 3546

(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA _ CI

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Júlio Campos
Vice-Presidente: Mário Covas

Titulares	Suplentes
PMDB	
Flaviano Melo	Amir Lando
Wilson Martins	César Dias
Irapuan Costa Júnior	Juvêncio Dias
Nabor Júnior	Mansueto de Lavor
Onofre Quinan	Ronaldo Aragão
Divaldo Suruagy	Roasa Tito
Ruy Bacelar	Antonio Mariz
Garibaldi Alves Filho	Humberto Lucena
PFL	
Dario Pereira	Raimundo Lira
Henrique Almeida	Elcio Álvares
Lourival Baptista	Josaphat Marinho
Júlio Campos	Odacir Soares
Hydekel Freitas	Meira Filho
PSDB	
Teotônio Vilela Filho	Beni Veras
Mário Covas	Jutahy Magalhães
Fernando H. Cardoso (*)	José Richa
PTB	
Mariuce Pinto	Levy Dias
Louremberg N. Rocha	Vaga cedida p/ o PST (*)
PDT	
Pedro Teixeira	Lavoisier Maia
PRN	
Ney Maranhão	Áureo Mello
PDC	
Gerson Camata	Epitácio Cafeteira
PDS	
João França	Lucídio Portela
PSB + PT	
Eduardo Suplicy	José Paulo Bisol
PST	
	Esáas Faria (*)

Secretário: Celso Antony Parente – Ramais 3515 e 3516
Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa – Anexo das Comissões – Ramal 3286
(*) Aguardando OF das lideranças partidárias para as devidas alterações

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO _ CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: Louremberg Nunes Rocha
Vice-Presidente: Coutinho Jorge

Titulares	Suplentes
PMDB	
Alfredo Campos	Aluizio Bezerra
Juvêncio Dias	Cid Sabóia de Carvalho
Flaviano Melo	Irapuan Costa Júnior
Garibaldi Alves Filho	Nelson Carneiro
João Calmon	Wilson Martins
José Fogaça	Ronaldo Aragão
Mansueto de Lavor	Ronan Tito
Humberto Lucena	Ruy Bacelar
Amir Lando	Vago
PFL	
Josaphat Marinho	Dario Pereira
João Rocha	Odacir Soares
Meira Filho	Francisco Rollemberg
Álvaro Pacheco	Guilherme Palmeira
Júlio Campos	Carlos Patrocínio
Bello Parga	Henrique Almeida
PSDB	
Almir Gabriel	Mário Covas
Teotônio Vilela Filho	Beni Veras
Eva Blay	José Richa
PTB	
Louremberg Nunes Rocha	Luiz Alberto
Jonas Pinheiro	Marluce Pinto
Levy Dias	Vaga cedida p/ o PST (*)
PDT	
Darcy Ribeiro	Pedro Teixeira
Lavoisier Maia	Nelson Wedekin
PRN	
Áureo Mello	Ney Maranhão
Júnia Marise	Albano Franco
PDC	
Amazonino Mendes	Gerson Camata
PDS	
Jarbas Passarinho	Esperidião Amin
PST	
	Enéas Faria(*)

Secretário: Mônica Aguiar Inocente – Ramais 3496/3497/3321/3539
Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas
Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa – Ramal 3121
(*) Aguardando OF dos lideranças partidárias para as devidas alterações

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS